

Relatório de Sustentabilidade — 2020 —



Banpará



SUMÁRIO

Apresentação	5
Mensagem do Presidente	6
O Relatório	11
Quem Somos	12
Estratégia	13
Onde estamos	16
Nova materialidade alinhada aos padrões globais	18
Agenda ASG	21
Principais resultados	23
Governança Corporativa	24
Assembleia Geral dos Acionistas	25
Conselho Fiscal	26
Conselho de Administração	27
Comitês de Assessoramento do Conselho de Administração	29
Ouvidoria	32
Auditoria Independente	31
Auditoria Interna	32
Diretoria Colegiada	33
Boas Práticas de RI	34
Relações com o Governo	38
Resultados Estratégicos	40
Resultado de Negócios	43
Serviços e Tarifas	44

SUMÁRIO

Meios de Pagamentos Eletrônicos	44
Negócios Comerciais – Pessoa Física	44
Negócios Comerciais – Pessoas Jurídicas	46
Câmbio e Comércio Exterior	47
Captação de recursos financeiros varejo	49
Negociações no Mercado Financeiro	49
Imobiliário	50
Resultado Econômico e Social Sustentável	52
Perspectivas para integrar o BANPARÁ ao ecossistema de inovação da Amazônia	57
Investimentos que Valorizam a Marca BANPARÁ	60
Iniciativas pela ética e combate à corrupção e lavagem de dinheiro	62
Iniciativas para Proteção de Dados	70
Gestão dos Riscos	71
Governança e Gerenciamento de Risco Socioambiental	71
Gestão de Riscos	73
Financeiros e de Capital	73
Risco de Mercado	73
Risco de Liquidez	74
Risco de Crédito	74
Gerenciamento de Capital	75
Gestão do Risco Operacional	77
Iniciativas e Resultados para Mitigação de Riscos Socioambientais	77
Mitigação dos Riscos Ligados à Inadimplência e ao Endividamento	81

SUMÁRIO

Mitigação de Riscos Ligados à Segurança Bancária	82
Mecanismos de Relacionamento	83
Canais Digitais	83
Ouvidoria	87
Inovação Tecnológica	89
Gerenciamento Socioambiental	95
Política de Responsabilidade Socioambiental – PRSA	95
Contribuições e Doações	98
Iniciativas para redução no consumo	101
Iniciativas nos serviços de manutenção e Engenharia	107
Programa Ambiente Amigo – PAA	107
Gestão de Resíduos Sólidos	110
Responsabilidade Contratual e a relação com fornecedores	112
Responsabilidade Social e a relação com os empregados	115
Programas voltados para valorização e capacitação dos empregados	115
Investimento em Capital Humano	116
Gestão de Competências	119
Promoção da Qualidade de Vida	121
Remuneração	125
Panorama Funcional	127
Iniciativas externas que subscrevemos	128
Sumário GRI	129

Apresentação

(GRI 102-45)

Estamos vivendo tempos desafiadores em meio ao cenário de incertezas provocado pela pandemia da COVID-19. Contudo, o ano de 2020 trouxe grandes oportunidades para o BANPARÁ, com a criação de novas linhas de crédito e alavancagem do fomento, contribuindo para o fortalecimento do Banco junto aos seus colaboradores e clientes.

O Pará é o segundo maior estado do Brasil em extensão territorial, com 144 municípios distribuídos em uma área superior a um milhão de km², um desafio para o alcance da economia e acesso a serviços bancários por boa parcela da população.

Nesse sentido, o BANPARÁ tem o compromisso de estar presente em todos os municípios, fomentar a economia e desenvolver a nossa região de forma estruturada e sustentável, em consonância com seu objeto social, como executor também de políticas de desenvolvimento do estado. Neste caso em especial, previsto no Plano Plurianual do Governo (PPA 2020- 2023), ação que já vem sendo implementada com mais dedicação pelo Banco desde 2010.

Estamos cumprindo o nosso plano de expansão e, pela abertura de novas agências proporcionamos uma dinâmica financeira nos municípios, levamos serviços financeiros, permitimos que nossos clientes tenham acesso aos serviços bancários sem migrarem para outros municípios, contribuímos com a geração de emprego e renda, e fomentamos a economia, corroborando para a melhoria dos índices de produção agropecuária, do PIB e dos indicadores socioeconômicos do estado.

Este Relatório apresenta os resultados das ações do Banco em 2020 e seus impactos, considerando o desafio de criar valor público para o Estado do Pará, assegurando a nossa presença física de atendimento bancário em todo o estado e cumprindo o papel de promotor do desenvolvimento econômico e social sustentável.



Mensagem do Presidente

(GRI 102-14, 102-45)

A sustentabilidade tem sido uma das principais diretrizes adotadas pelo BANPARÁ, estando presente na sua missão, visão e em seus valores, que norteiam a atuação de todo o seu corpo funcional e o relacionamento com os demais stakeholders. Por isso, o Banco adota estratégias que visam, fundamentalmente, minimizar os possíveis impactos decorrentes de suas atividades finalísticas e, ao mesmo tempo, otimizar a geração de resultados positivos para o desenvolvimento econômico e social da região.

Desta forma, são priorizadas as ações estratégicas que, direta ou indiretamente, auxiliem nas políticas públicas propulsoras do desenvolvimento econômico e social, quer seja por meio da atividade bancária final, como concessão de crédito para fomento de atividade produtiva, ou por meio de atividades assessórias, como doações e patrocínios. Ao mesmo tempo, do ponto de vista financeiro, tais estratégias têm buscado a manutenção da rentabilidade e geração de valor aos seus acionistas.

Ao longo dos últimos anos, o BANPARÁ investiu na melhoria do seu arcabouço normativo interno para garantir a efetiva mitigação dos possíveis impactos socioambientais, com destaque para os seguintes instrumentos:



- Política de Responsabilidade Socioambiental, que estabelece as diretrizes para disseminação de práticas socioambientais e define as diretrizes para o gerenciamento dos riscos associados a estas práticas;
- Política Institucional de Gerenciamento Contínuo e Integrado de Riscos, disciplina o processo de gestão integrada de riscos, que contempla dentre outros, os aspectos socioambientais, buscando antecipar, avaliar e reduzir os impactos das operações à sociedade e ao meio ambiente; e
- Política de Gestão de Continuidade de Negócios, que visa objetivamente minimizar os impactos decorrentes de falhas, desastres ou indisponibilidades significativas sobre as atividades do Banco, por intermédio de ações conjuntas de prevenção, resposta e recuperação, oferecendo maior segurança aos seus colaboradores, clientes e acionistas diante de imprevistos e buscando assegurar nível adequado de estabilidade organizacional em situações adversas e durante a recuperação de eventuais interrupções.

O Planejamento Estratégico do BANPARÁ para o período 2020-2024 reconhece a importância da sustentabilidade na sua identidade organizacional. O conceito de sustentabilidade é percebido em três dos seus objetivos estratégicos.

O primeiro deles é o que preconiza “Garantir o resultado econômico e social de forma sustentável”. Aqui se associa claramente a sustentabilidade financeira da Instituição que será aferido por meio de indicadores financeiros amplamente adotados pelo mercado, tais como, lucro líquido, ROE, Basileia, e etc.

O segundo objetivo dispõe sobre a expansão da rede bancária para todos os municípios do estado. Por meio deste, pretende-se levar a todos os municípios do Pará serviços bancários, sobretudo, em locais de difícil acesso e carentes de infraestrutura tecnológica. Entende-se que esta medida é capaz de apoiar a geração de negócios e criação de riqueza nestas localidades.



O terceiro versa sobre “ser reconhecido como Agente Financeiro para o desenvolvimento do estado”. Depreende-se desse objetivo medidas de financiamento de atividades produtivas capazes de promover a geração de emprego e renda; o apoio ao desenvolvimento do ecossistema de inovação do estado, capaz de induzir o desenvolvimento científico, criação de novos produtos, agregação de valor aos ativos ambientais da Amazônia e a geração de riqueza e renda; financiamento à empreendedoras informais residentes em áreas vulneráveis; e financiamento de crédito imobiliário em condições especiais para agentes de segurança pública de modo a possibilitar que estes agentes disponham de residências em locais menos expostos à violência urbana.

As principais tendências norteadoras do Planejamento do BANPARÁ dizem respeito ao aumento da competitividade no setor. O ambiente regulatório (open banking e LGPD) e a atuação de novos agentes (fintechs) impuseram aos bancos nova postura no mercado bancário. Adiciona-se a isso, a necessidade também de se colocar como uma instituição relevante para o desenvolvimento da economia regional, desta forma assumindo também seu papel de banco público.

Diante deste cenário o BANPARÁ estabeleceu estratégias que buscam melhorar sua eficiência interna, desenvolver um leque de produtos competitivos no mercado de varejo e se colocar como um agente financeiro relevante para o ecossistema de inovação da Amazônia.





Com isso, o Banco finalizou o ano de 2020 presente em 113 municípios, distribuídos pelas 12 regiões de integração do estado, onde residem cerca de 92% da população paraense. Abaixo destacamos nossos principais objetivos estratégicos, assim como o desempenho deles, observados por meio de seus indicadores estratégicos:

- **Lucro Líquido:** O BANPARÁ manteve seus esforços para trazer resultados financeiros positivos, apesar das adversidades econômicas enfrentadas pela pandemia, o que resultou no lucro líquido acumulado de R\$ 241 milhões em 2020;
- **ROE:** Este indicador representa a relação entre o Lucro Líquido e o Patrimônio Líquido. Apresentamos um resultado de 16,73%;
- **Índice de Cobertura:** É um indicador que visa demonstrar o percentual da nossa despesa de pessoal que é paga pelas receitas oriundas de serviços. Nele fechamos o ano com 30,21%;
- **Índice de Eficiência:** Este indicador é calculado pela relação entre as despesas gerais (administrativas e de pessoal) e o resultado da intermediação financeira somado às receitas de tarifas e serviços e ao resultado da equivalência patrimonial. A polaridade deste indicador é para baixo, ou seja, quanto menor, melhor. Em 2020, fechamos o ano com 59,4%;
- **Inadimplência:** Em 2020, conseguimos manter o índice de 1,6% de inadimplência total da carteira de crédito, refletindo a qualidade na concessão de crédito combinada ao perfil de nossos clientes, funcionário público, e a nossa principal linha de crédito, o Consignado.
- **ROA:** Indicador contábil que busca analisar o retorno sobre os ativos das instituições. Ao final do ano, alcançamos 2,37%.

- Patrimônio Líquido: O crescimento deste tem uma ligação direta com os nossos lucros auferidos, pois são incorporados anualmente, em média, 60% do lucro efetivo. Em 2020, chegamos ao patamar de R\$ 1,4 bilhão, com crescimento de 8,72% ao ser comparado ao ano de 2019.
- Market Share de Crédito: Representa a nossa participação de mercado de crédito no estado do Pará. Nosso desempenho em 2020 foi de 20,77% de todo o volume de crédito operado no Pará, o que representou um aumento de 0,84 p.p. com relação ao ano anterior. Destacamos que, ao longo dos últimos anos, sustentamos a tendência de crescimento dessa participação dentro das operações de crédito realizadas em nosso estado.

Dentro do horizonte de cinco anos (2020-2024) o Planejamento do BANPARÁ projeta três estágios de desenvolvimento que não são estanques entre si, ou seja, um estágio só inicia quando terminar o anterior, pelo contrário, admite-se uma intensa correlação entre eles.

No primeiro estágio, que compreendeu o ano de 2020, a expectativa era para o BANPARÁ concretizar o lançamento de novos produtos mantendo o foco no perfil de clientes atuais, aprimorar processos internos e estabilizar os sistemas tecnológicos. Para o segundo estágio (2021-2022) o esforço será na consolidação da sua atuação como banco de varejo e aumento da penetração do portfólio existente, especialmente naqueles voltados para o fomento de atividades produtivas e de inovação, mantendo contínuos os esforços de melhorias nos processos internos e tecnológicos. Para o terceiro e último ciclo o esforço é esperado na consolidação da sua atuação no varejo, manutenção da margem de rentabilidade e atuação no ecossistema de inovação da Amazônia, por meio do desenvolvimento de instrumentos financeiros que financiem atividades inovadoras com base em ativos tecnológicos e ambientais.

Braselino Carlos da Assunção Sousa da Silva
Diretor – Presidente



O Relatório

(GRI 102-1, 102-32, 102-48, 102-49, 102-50, 102-51, 102-52, 102-54, 102-56)



Este relatório foi elaborado de acordo com as Normas Standard GRI: Opção Essencial, com base nas ações, resultados e impactos no ano de 2020, em consonância às diretrizes da Lei nº 13.313/2016. Nosso ciclo de relatórios é anual, a última publicação ocorreu em 24/06/2020, referente ao ano de 2019.

O conteúdo atende os dez Princípios de Relato definidos pela GRI e representa a consolidação dos dados apresentados por todos os setores responsáveis pela gestão dos negócios do BANPARÁ, a saber: Presidência, Diretorias, Núcleos, Superintendências, Gerências da Matriz e Comitês, sob a gestão da Superintendência de Desenvolvimento Econômico e Social / Gerência de Responsabilidade Socioambiental.

Neste relato apresentamos a nova Materialidade voltada para a sustentabilidade, temas de maior impacto e relevância para o período de 2020 a 2024. A definição de conteúdo foi alinhada ao Planejamento Estratégico do BANPARÁ, ao Plano Plurianual – PPA do Governo do Estado e aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS, dos quais foram priorizados os ODS 1, 2, 4, 7, 8, 9, 12, 13 e 16.

Este relatório não reporta alterações significativas em relação aos relatórios anteriores em tópicos materiais e limites dos tópicos, nem quaisquer reformulações de informações fornecidas em relatórios anteriores.

A minuta consolidada não sofreu verificação externa. A mesma foi avaliada e homologada pela Diretoria Colegiada do BANPARÁ.

Nossos cordiais agradecimentos a todos os gestores que participaram direta ou indiretamente da composição e elaboração deste relatório.



Quem Somos

(GRI 102-4, 102-5, 102-6, 102-7, 102-45, 203-2, ODS 8, ODS 9)

O Banco do Estado do Pará S.A. é uma sociedade anônima de capital aberto e economia mista, de grande porte, controlada pelo Governo do Estado, que atua exclusivamente na região geográfica do Pará.

Atuamos como agente econômico em diversos municípios paraenses, fomentando a economia local e promovendo o desenvolvimento regional.

Desde 1961 o BANPARÁ passou a atender a comunidade paraense e a contribuir para o desenvolvimento do estado. E continua sua missão, criando mecanismos de transformação que lhe permita estar adequado aos tempos atuais.



Criar valor público para o Estado do Pará, como um banco autossustentável, moderno e promotor do desenvolvimento econômico e social sustentável, com foco na satisfação dos clientes e acionistas.



Consolidar-se como Banco de varejo e indutor de desenvolvimento sustentável, presente em todos os municípios do Pará, promovendo inovação e inteligência financeira para atrair investimentos e gerar os melhores resultados econômicos e sociais.



Compromisso com a satisfação dos clientes e acionistas; Lucro como métrica de desempenho operacional; Impacto como métrica de criação de valor público; Inovação com foco nas demandas do mercado e clientes; Transparência, Meritocracia e Responsabilidade Socioambiental; Resultados sustentados pela ética e conformidade

Estratégia – Desafios e Oportunidades

(GRI 102-6, 102-15, 102-33, 103-2, 103-3; ODS 16.6)

O principal desafio que se impõe ao BANPARÁ é assegurar aos seus clientes um banco completo, eficiente, estratégico e relevante para o desenvolvimento do Pará. É para esse cenário que o Planejamento Estratégico indica as trilhas de superação e sucesso. O Banco deverá estar presente em todos os municípios do Pará, atuando como o agente financeiro de fomento de atividades produtivas e do ecossistema de inovação da Amazônia, e promovendo soluções financeiras para o uso econômico sustentável da nossa biodiversidade, para induzir a junção do conhecimento tradicional à ciência, com a promoção do conhecimento, a inovação, a geração de renda às comunidades locais e valor para o acionista, sem abrir mão da preservação do meio ambiente.

Uma das ações estratégicas do Banco está associada à estruturação e implantação do modelo integrado de governança, que visa assegurar a assertividade, a melhoria dos resultados, com controles e rituais bem definidos de resultados, projetos e tecnologia. Nesse sentido, mensalmente, os indicadores estratégicos são levados para acompanhamento do Comitê de Planejamento Estratégico e, posteriormente, reportados à Presidência. Além de, semestralmente, serem reportados ao Conselho de Administração.

Nesse sentido e objetivando o desenvolvimento da Instituição, voltamos nossas ações de modo que os valores permeiem as ações estratégicas e tornem o Banco cada vez mais eficiente, responsável e transparente.

Até 2020, os principais riscos capturados por pesquisa interna estão associados a: concorrência; avanço tecnológico; cenário político; cenário econômico estadual; legislação; portabilidade.



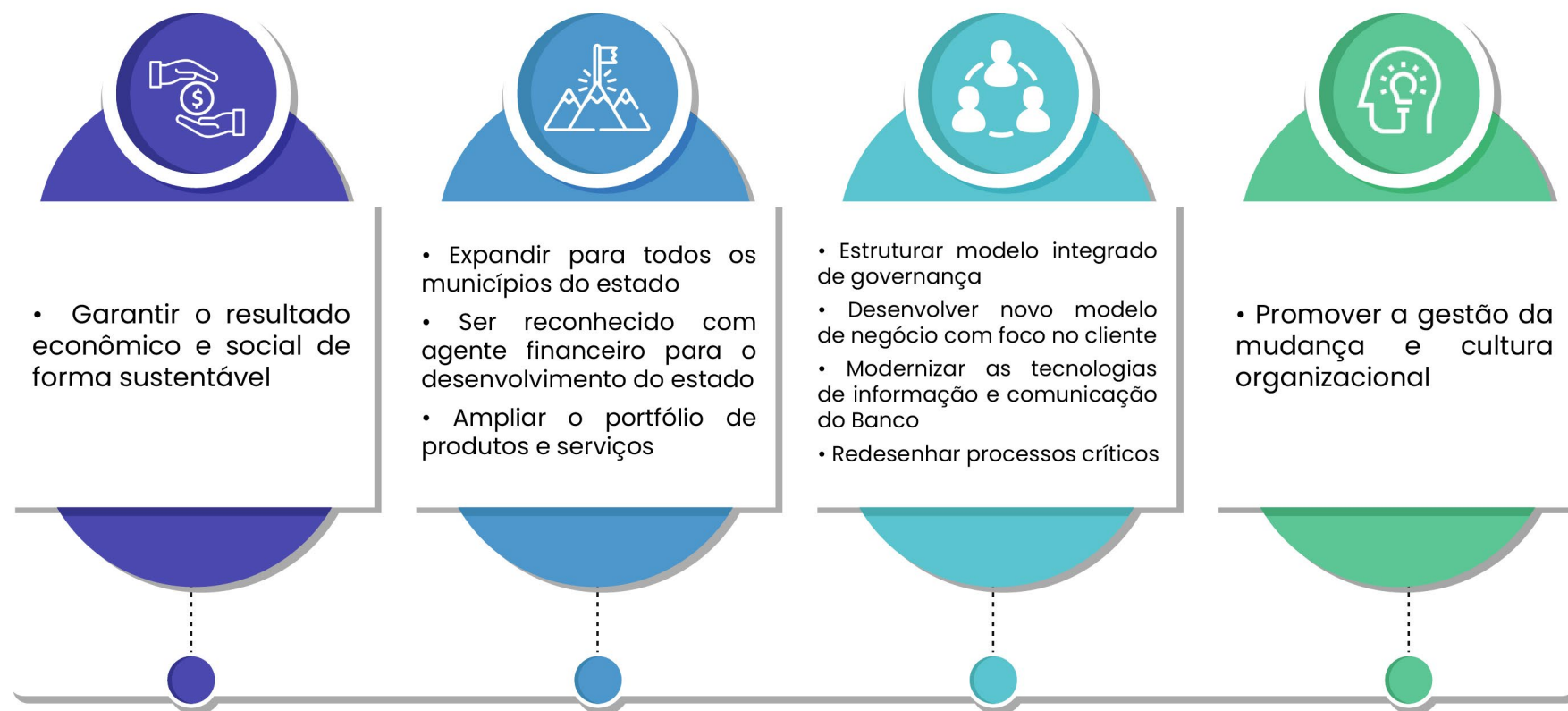
Para os próximos cinco anos a percepção de riscos referente ao cenário político e econômico estadual permanece, principalmente, em decorrência das incertezas por conta da pandemia. Os riscos de portabilidade e novas tecnologias permanecem, porém em menor medida, haja vista que, o BANPARÁ tem envidado esforços para tomar medidas mitigadoras de portabilidade, como por exemplo, a implantação da carteira de crédito imobiliário com as menores taxas de mercado, que tem conseguido reter e atrair novos clientes. No que diz respeito a novas tecnologias, o Banco reconhece a necessidade do estabelecimento de parcerias inovadoras para o desenvolvimento da tecnologia e já executa experiência piloto em ambiente de inovação no Parque de Ciência e Tecnologia do Guamá.

Quanto às oportunidades, identificou-se, principalmente: a diversificação dos produtos/linhas de crédito; parcerias; mudanças tecnológicas; exploração das peculiaridades regionais; Bioeconomia Amazônica. Para os próximos anos, as oportunidades estão voltadas à consolidação do Banco como agente indutor do fomento, aproveitando as vocações de cada região e, em especial, o sistema de inovação focado na Bioeconomia Amazônica. Nesse sentido, continuamos prospectando parcerias estratégicas, inclusive com fintechs, para desenvolvimento de soluções internas e/ou para clientes, o que é compreendido como oportunidade de negócios e melhoria do nosso portfólio. O potencial econômico do estado será melhor explorado por meio: da diversificação dos negócios na área de Pessoa Jurídica, câmbio e fomento do ecossistema de inovação do estado; e pelo aumento da rede do Banco no Pará, onde ainda há regiões que carecem da presença física de estabelecimentos bancários, em tempos em que a concorrência reduz sua presença. Acrescente-se a estas oportunidades, as medidas do Banco que o colocam como prestador de domicílio bancário para as credenciadoras de cartão de crédito, assim como, adoção do cartão múltiplo. Por fim, convém registrar que o Governo do Pará continua sendo o principal parceiro estratégico nas atividades do Banco.

Em 2021, o BANPARÁ passará a utilizar indicadores socioambientais para definir a priorização na condução dos seus projetos avaliados como estratégicos, complementando a análise econômico-financeira já adotada. Além disso, temos como meta evidenciar no mapa estratégico do Banco os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável que estamos focando em nossa atuação, para melhor entendimento do nosso corpo funcional e de nossos *stakeholders*.

Desta forma, buscamos melhorar a aderência do nosso Planejamento Estratégico às questões ASG (ambiental, social e de governança).

Os compromissos assumidos pelo Planejamento Estratégico 2020-2024 estão traduzidos na missão do Banco em se consolidar como Banco de varejo e indutor de desenvolvimento sustentável, presente em todos os municípios do Pará, promovendo inovação e inteligência financeira para atrair investimentos e gerar os melhores resultados econômicos e sociais. Tendo como os principais objetivos:



Onde estamos

O BANPARÁ identifica o seu potencial de crescimento no mercado e usa suas habilidades na área de negócios comerciais para agregar valor à marca e aos clientes.

Nossa maior concentração tem sido na expansão das nossas unidades, focando naqueles municípios que ainda não possuem instituição financeira atuando, facilitando o acesso aos serviços bancários.

Com a expansão, os recursos que giram em outros municípios, passam a gerar emprego e renda, estimulando o progresso da economia local e proporcionando a inclusão bancária. Além disso, a expansão da carteira pessoa jurídica possibilitou alongamento de prazos, fato que gerou mais acesso às pequenas empresas ao crédito.

Os impactos econômicos provenientes dessa expansão, apesar de não mensurados diretamente com base estatística, são perceptíveis de forma empírica, por meio de quem se encontra na agência de cada município, proporcionados especialmente com

relação aos benefícios sociais (alimentação, educação e outros), que, por consequência, contribuem diretamente para a manutenção de empregos. E ainda, colaboram com a produção e o consumo, enquanto impactos econômicos, contribuindo com o PIB local.

Ano	Municípios cobertos pelo BANPARÁ	Total de Agências
2016	92	108
2017	98	115
2018	100	118
2019	106	124
2020	113	130



A presença de uma agência bancária nos municípios movimenta a economia local, proporcionando crescimento econômico, principalmente nas áreas de comércio e serviços. Nesse sentido, fomentamos a economia oferecendo crédito não somente para grandes empresas, mas também para microempreendedores e pequenos negócios, facilitando o desenvolvimento de várias cadeias.

O Plano de Expansão eleva o BANPARÁ como pioneiro neste processo de evolução econômica. Nossa visão estratégica corrobora com a expansão dos serviços bancários e financeiros à população e aos empreendedores em todos os municípios do Pará.

Região	Agências	Região	Agências
Araguaia	14	Marajó	10
Baixo Amazonas	12	Rio Caetés	11
Carajás	12	Rio Capim	12
Guajará ¹	18	Tapajós	6
Guamá	11	Tocantins	12
Lago de Tucuruí	18	Xingu	7

¹ Região metropolitana de Belém: Belém, Ananindeua, Benevides, Marituba e Santa Bárbara.



Nova materialidade alinhada aos padrões globais

(GRI 102-21, 102-40, 102-42, 102-43, 102-44, 102-46, 102-47, 103-1)

Com o propósito de traçar objetivos e metas relevantes no contexto da sustentabilidade e alinhar as estratégicas à agenda global, iniciamos em 2020 a revisão da materialidade. A fase inicial desse processo envolveu uma vasta pesquisa sobre os assuntos mais priorizados no mercado, entre bancos e outras empresas. E, considerando a realidade do BANPARÁ e da nossa região preconizamos alguns temas iniciais.

A segunda etapa do processo se deu por Consulta Pública, divulgada por meio de questionário nos canais internos e externos do Banco, no período de 16/12/20 a 22/01/21, com o objetivo de conhecer a opinião das diversas partes interessadas a respeito dos temas pesquisados e outros. Ao todo, foram recebidas 814 respostas. Os resultados consolidados da consulta apontaram alto grau de relevância para todos os temas.

A terceira etapa desse processo foi identificar a conexão entre o mapa estratégico atual do Banco e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS, com os temas priorizados resultantes da pesquisa, pontuando cada tema ao grau de importância para implementação dos objetivos estratégicos e das metas para o desenvolvimento sustentável.



De acordo com o Planejamento Estratégico 2020-2024, foram definidos objetivos em quatro perspectivas, os quais podem ser medidos por indicadores estratégicos:

Perspectiva	Objetivos estratégicos	Indicadores
Finanças	Garantir o resultado econômico e social de forma sustentável	F1
	Elevar a Margem Líquida	F2
	Elevar o Índice de Cobertura	F3
Mercado e Imagem	Expandir para todos os municípios do estado	M1
	Ser reconhecido como Agente financeiro para o desenvolvimento do estado	M2
	Ampliar portfólio de produtos	M3
Gestão e Tecnologia	Estruturar modelo integrado de Governança	G1
	Desenvolver novo modelo de negócio com foco no cliente	G2
	Modernizar as tecnologias de informação e comunicação do Banco	G3
	Redesenhar processos críticos	G4
Aprendizado e Crescimento	Promover Gestão da Mudança e Cultura Organizacional	P1

Em busca de consolidar as ações estratégicas priorizamos nove ODS, considerando a aplicabilidade e a relevância para o BANPARÁ, com base nos temas materiais discutidos, e concluiu-se que, à medida em que o Banco priorizar os temas relevantes, ele estará contribuindo diretamente para o alcance dos objetivos estratégicos e dos ODS. O estudo foi submetido à Administração Superior para análise de conveniência e de oportunidade, e concluiu-se em privilegiar 10 temas:

Priorização de 10 Temas	Relevância apontada em consulta pública	Indicadores Estratégicos	ODS
Combate à corrupção	86,12%	F1, F2, F3, M2, P1	16
Geração de emprego e renda	80,47%	F1, M1, M2	1, 2, 4, 8, 9
Combate ao trabalho infantil e ao análogo a escravo	79,73%	F1, F2, F3, M2, G2	1, 8, 16
Gestão de riscos	76,41%	F1, F3, M2, G1, G3, G4	8, 12, 13, 16
Inovação tecnológica	72,11%	F1, F2, M2, G1, G2, G3	1, 8, 9, 16
Educação financeira	71,62%	F1, F2, F3, M2, M3, G2, P1	1, 2, 16
Inclusão bancária	70,02%	F1, M1, M2, M3, G2	1, 2, 8, 9
Produtos verdes / Crédito sustentável	63,88%	F1, F2, M2, M3, G2	1, 2, 7, 12
Agricultura Familiar	61,30%	F1, M2, M3, G2	1, 2, 8
Riscos em decorrência de mudanças climáticas	41,89%	F1, F2, M2, G1	2, 7, 13, 16

Agenda ASG

Com o compromisso de desenvolver estratégias de negócios alinhadas à sustentabilidade e indicações globais, como os ODS, e à incorporação dos aspectos ASG, que tratam questões ambientais, sociais e de governança corporativa, foi elaborada a Agenda ASG do BANPARÁ para os anos 2021 e 2022, uma ferramenta importante para conduzir e apontar o direcionamento das ações voltadas a uma estratégia consistente de sustentabilidade, que contribua para uma sociedade mais verde e inclusiva. relação aos benefícios sociais (alimentação, educação e outros), que, por consequência, contribuem diretamente para a manutenção de empregos. E ainda, colaboram com a produção e o consumo, enquanto impactos econômicos, contribuindo com o PIB local.

BENEFÍCIOS



Expectativas para a Sustentabilidade (2021-2022)



Ampliar o portfólio de produtos com iniciativas verdes



Ampliar parcerias com programas socioambientais



Proporcionar capacitação continuada sobre risco e responsabilidade socioambiental aos empregados



Implementar gradativamente as recomendações da Task Force on Climate-related Financial Disclosures – TCFD



Aprimorar a gestão do risco socioambiental relacionado à reputação



Aperfeiçoar o monitoramento dos riscos e indicadores socioambientais



Consolidar nas tomadas de decisão o uso de critérios ASG, inclusive os relacionados à mitigação do risco climático



Fortalecer a governança na estratégia de sustentabilidade



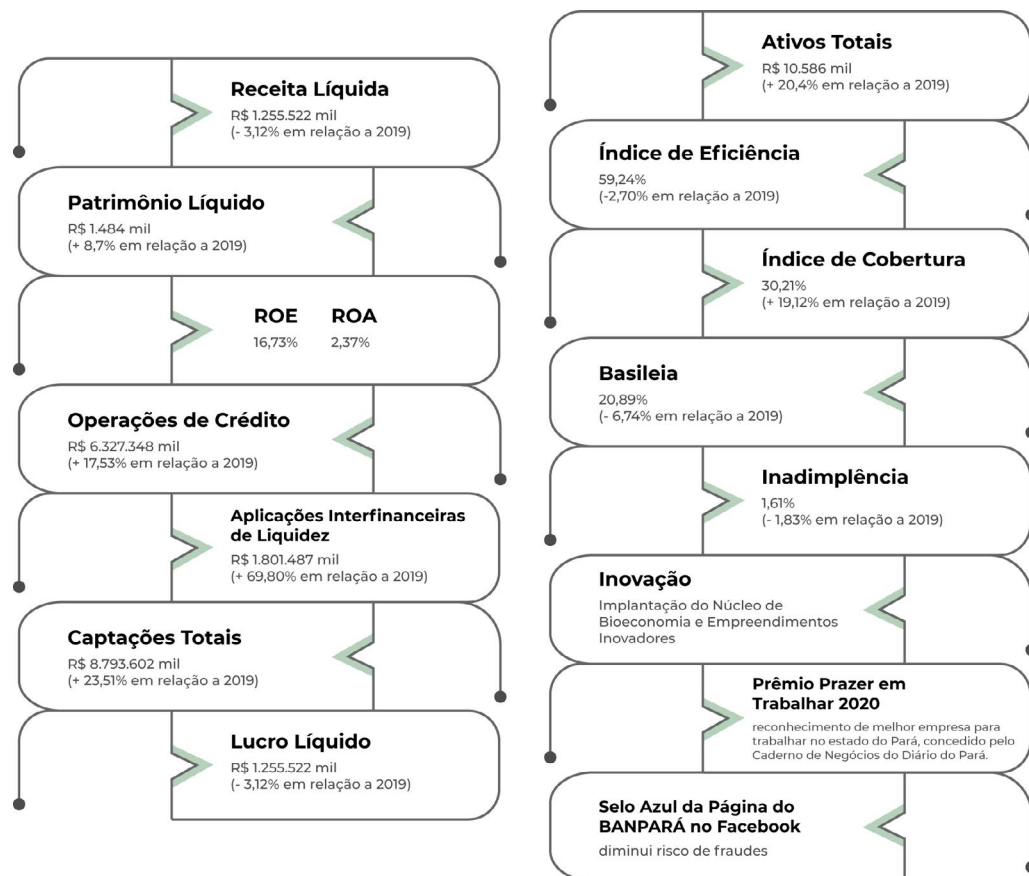
Modernizar tecnologias voltadas à eficiência energética



Incentivar a inovação regional como meio para o desenvolvimento sustentável da Amazônia

Principais resultados

(GRI 102-4, 102-7, 102-10, 103-2, 103-3, 203-1, 203-2; ODS 1, 2, 8, 9; Inclusão Bancária)



- 79% dos municípios atendidos;
- Inauguração de 6 agências e 1 posto de atendimento:
 - Agência Bannach - região do Araguaia;
 - Agência Cumaru do Norte - região do Araguaia;
 - Agência Pacajá - região do Xingu;
 - Agência Piçarra - região dos Carajás;
 - PA Nova Ipixuna - região de Tucuruí;
 - Agência Rurópolis - região do Tapajós;
 - Agência Ulianópolis - região do Rio Capim.
- Mudança de 2 agências para nova base física:
 - Xinguara;
 - São Brás.
- Reforma de 35 unidades entre matriz e agências, um investimento em infraestrutura e serviços de R\$ 7.851 mil.



Governança Corporativa

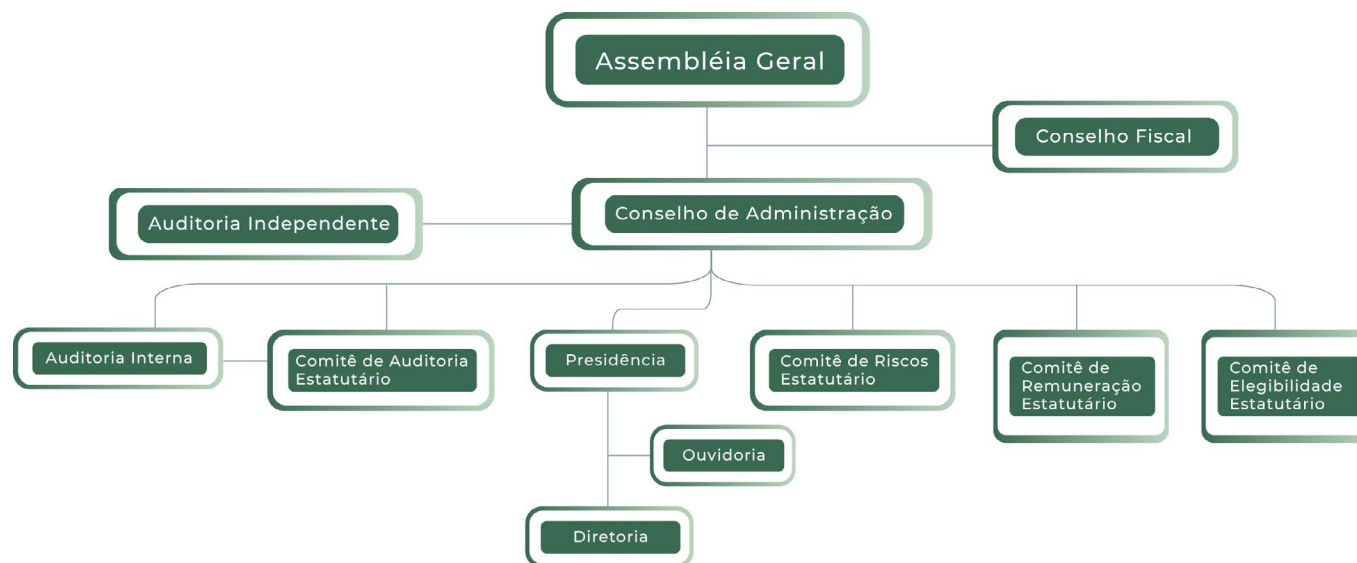
(GRI 102-18, 102-22, 102-23)



A Governança no BANPARÁ é aliada às práticas que contribuem para fortalecer a transparência de sua gestão e aumentar seu valor institucional. Em obediência aos preceitos da Lei nº 13.303/2016, anualmente são enviados à CVM o Informe de Governança Corporativa e a Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa. O Informe relata as práticas de mercado recomendadas pelo Código de Governança Corporativa contendo os pontos mais relevantes, já a Carta divulga as principais informações relativas às práticas adotadas pelo Banco.

A Administração Superior do BANPARÁ compreende a Assembleia Geral dos Acionistas e os órgãos: Conselho de Administração, Diretoria, Conselho Fiscal, bem como os Comitês estatutários diretamente relacionados ao Conselho de Administração, que são o Comitê de Auditoria, Comitê de Elegibilidade, Comitê de Remuneração e Comitê de Riscos.

As competências na íntegra podem ser consultadas, a qualquer tempo, no site de Relações com Investidores: ri.banpara.b.br.



Assembleia Geral dos Acionistas

É o órgão soberano do BANPARÁ, que congrega os acionistas e se reúne, ordinária ou extraordinariamente, mediante convocação, na forma prevista na Lei nº 6.404/1976 (“Lei das Sociedades Anônimas”). Ela concentra o poder político do Banco, ao reunir todos os acionistas para se manifestarem sobre temas relevantes para o seu funcionamento.

Competências:

- Avaliar a prestação de contas dos administradores;
- Deliberar sobre as demonstrações financeiras;
- Deliberar sobre a destinação do lucro líquido;
- Eleger os administradores e os membros do conselho fiscal;
- Fixar a remuneração dos administradores.



Conselho Fiscal

É um órgão independente da administração, composto de 3 (três) membros efetivos e igual número de suplentes, acionistas ou não, eleitos a cada 2 (dois) anos pela Assembleia Geral Ordinária, podendo ter duas reconduções consecutivas.

É responsável por fiscalizar os atos dos administradores, bem como verificar o cumprimento dos seus deveres legais e estatutários, revisar os balanços e demonstrações financeiras, apontar os erros, fraudes ou crimes que descobrirem e sugerir providências úteis ao Banco, reportando seus relatórios aos acionistas. Consoante a legislação societária brasileira, o Conselho Fiscal não pode conter membros que: integrem o Conselho de Administração; sejam membros da Administração; sejam empregados do Banco, de empresa controlada ou do mesmo grupo; e sejam cônjuges ou tenham até o 3º grau de parentesco com os administradores do BANPARÁ.

Composição Conselho Fiscal

Posse no corpo de governança: 30/09/2020

Nome	Tipo de Membro
Raimundo Benedito Pinheiro	Presidente (Representante do Controlador)
Oscarina de Souza Rodrigues	Membro (Representante do Controlador)
José Maria Tavares Teixeira	Membro (Representante do Minoritário - Icatu Vanguarda BANPARÁ Prev Mul Fdo Inv do Fdo Inv)

Conselho de Administração

É o órgão estatutário de atuação colegiada, representante dos interesses dos acionistas, em nível estratégico de organização, orientação, supervisão, coordenação, controle e avaliação dos interesses do Banco, seus objetivos e programas, sendo responsável pelo seu desenvolvimento e estabilidade.

Responsável por deliberar e fiscalizar a Administração, orientando de forma geral os negócios do BANPARÁ com o auxílio dos comitês de assessoramento nos assuntos específicos, com as recomendações que forem necessárias.

Composição:

- No mínimo 7 (sete) e no máximo 9 (nove) membros, eleitos pela Assembleia Geral, ficando assegurada, na sua composição, a participação do Diretor-Presidente do BANPARÁ, de um representante dos empregados e, no mínimo, de um representante dos acionistas minoritários.

- O Presidente do Conselho de Administração é indicado pelo Acionista Controlador e eleito pela Assembleia Geral, na forma da Lei, sendo observadas as vedações impostas pela legislação vigente.
- Deve ser composto, no mínimo, por 25% de membros independentes ou por pelo menos um, caso haja decisão pelo exercício da faculdade do voto múltiplo pelos acionistas minoritários, nos termos do art. 141 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976;
- É garantida a representação dos empregados do Banco no Conselho de Administração.

Presidente do mais alto órgão de governança

Reeleito na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, realizada em 14/05/2020, indicado pelo acionista controlador, o Sr. Aláudio de Oliveira Mello Junior exerce apenas a função de presidente do Conselho de Administração do BANPARÁ, não cumulando nenhum cargo na Instituição.

Composição Conselho de Administração	
Posse no corpo de governança: 20/10/2020	
Nome	Tipo de Membro
Aláudio de Oliveira Mello Junior	Presidente - Membro Independente
Braselino Carlos da Assunção Sousa da Silva	Membro (Representante do Controlador)
Tereza Delta dos Santos Serrão de Castro	Membro Independente
Roberto Meira de Almeida Barreto	Membro Independente
Ruth Pimentel Mello	Membro (Representante do Minoritário - Icatu Vanguarda BANPARÁ Prev Mul Fdo Inv do Fdo Inv)
Adilson Freitas Dias	Membro (Representante do Minoritário - Icatu Vanguarda BANPARÁ Prev Mul Fdo Inv do Fdo Inv)
Brian Bechara Ferreira da Silva	Membro (Representante dos Empregados)

Comitês de Assessoramento do Conselho de Administração

Os comitês do mais alto órgão de governança são subordinados ao Conselho de Administração, responsáveis por recomendar tomadas de decisão sobre tópicos econômicos, ambientais e sociais.

- **Comitê de Auditoria Estatutário** - responsável por assessorar o Conselho de Administração, com o objetivo de supervisionar as atividades da Auditoria Independente, da Auditoria Interna e aferir a adequação do controle interno, a efetividade do gerenciamento dos riscos e dos processos de governança e a confiabilidade do processo de coleta, mensuração, classificação, acumulação, registro e divulgação de eventos e transações, visando ao preparo de demonstrações financeiras.

Composição Comitê de Auditoria Estatutário	
Posse no corpo de governança: 20/10/2020	
Nome	Tipo de Membro
Tereza Delta dos Santos Serrão de Castro	Membro qualificado e Coordenadora
Sergio Roberto Ribeiro Maciel	Membro
Antônio Edson Maciel dos Santos	Membro

- **Comitê de Elegibilidade Estatutário** – responsável por assessorar o Conselho de Administração, cujo objetivo é analisar a indicação dos membros da Administração e do Conselho Fiscal de acordo com as orientações e disposições contidas na Política de Indicação e Sucessão do Banco.

Composição Comitê de Elegibilidade Estatutário	
Posse no corpo de governança: 26/08/2020	
Nome	Tipo de Membro
Marisa de Nazaré Lanoa Costa	Coordenadora (empregada)
Graciele Silva de Sousa Galvão	Membro (empregada)
Alessandra Pinkovai Pereira Monteiro	Membro (empregada)

- **Comitê de Remuneração Estatutário** – responsável por assessorar o Conselho de Administração, cujo objetivo é fixar a remuneração dos administradores em consonância com as legislações vigentes e as melhores práticas de governança instituídas em âmbito nacional.

Composição Comitê de Remuneração Estatutário	
Posse no corpo de governança: 17/12/2020	
Nome	Tipo de Membro
Taciane Correia da Rocha Silva	Presidente (empregada)
Juliana Carneiro Simão de Mendonça	Membro (empregada)
Nazaré do Carmo Alves dos Santos	Membro (empregada)

- **Comitê de Riscos Estatutário** – responsável por assessorar o Conselho de Administração no desempenho de suas atribuições pertinentes à gestão e controle dos riscos e do gerenciamento de capital.

Composição Comitê de Remuneração Estatutário	
Posse no corpo de governança: 17/12/2020	
Nome	Tipo de Membro
Adler Gerciley Almeida da Silveira	Coordenador
Luiz Antônio Guariente	Membro
Sérgio Rogante	Membro



Ouvidoria

Canal de comunicação entre o Banco e os clientes e usuários de produtos e serviços, inclusive na mediação de conflitos, sob a responsabilidade de um Ouvidor indicado pelo Conselho de Administração e nomeado pelo Diretor-Presidente, escolhido entre os empregados do quadro de carreira do Banco com tempo efetivo de serviço não inferior a 10 anos, no exercício de cargo de gestão ou de assessoramento por no mínimo 18 meses, e que não esteja respondendo a nenhum processo administrativo disciplinar. O mandato do Ouvidor será de 24 meses, admitida a sua recondução por igual período. É responsável por prestar atendimento de última instância administrativa, às demandas que não tiverem sido solucionadas nos canais de atendimento primário do Banco (agências, postos e SAC), dentre outros.

Auditoria Independente

Atua, com independência e de forma técnica, para apoiar a Administração em relação à integridade das demonstrações financeiras, revisão das informações trimestrais e auditoria dos controles internos. A contratação deste serviço é realizada por meio da Política de Contratação de Auditoria Independente, de modo a garantir restrições à contratação de serviços extra auditoria que possam comprometer a independência dos auditores, assim como assegurar que contratações de serviços neste sentido sejam devidamente analisadas pelo Comitê de Auditoria Estatutário e aprovadas pelo Conselho de Administração, garantindo assim a independência da auditoria externa na emissão de sua opinião com total imparcialidade.

Auditoria Interna

Vinculada ao Conselho de Administração, avalia e presta consultoria com a finalidade de aperfeiçoamento dos controles internos e de monitoramento do cumprimento das normas estabelecidas, visando agregar valor ao Banco e contribuir para a melhoria e eficácia da estrutura de governança.

Diretoria Colegiada

É responsável pela direção dos negócios e pela prática dos atos necessários à realização dos objetivos sociais, na conformidade da legislação em vigor e do Estatuto Social, cabendo a cada Diretor administrar, supervisionar e coordenar as atividades da Diretoria Colegiada e das unidades sob sua responsabilidade, consoante a estrutura organizacional.

Composição

- No mínimo três e no máximo seis membros, acionistas ou não do Banco, eleitos e destituíveis a

qualquer tempo pelo Conselho de Administração, constituída por um Diretor-Presidente e os demais denominados apenas Diretores.

- Pelo menos um dos integrantes deverá pertencer ao quadro de empregados do BANPARÁ.

Atualmente, a Diretoria Colegiada do BANPARÁ é formada por um Diretor-Presidente e cinco Diretores: Administrativo; Controle, Risco e Relações com Investidores; Comercial e Fomento; Financeiro e de Produtos e Serviços Comerciais; e Tecnologia.

Composição Diretoria Colegiada

Posse no corpo de governança: 20/10/2020

Nome	Tipo de Membro
Braselino Carlos da Assunção Sousa da Silva	Diretor-Presidente
Geize Maria Teixeira da Silva de Figueiredo	Diretora
Jorge Wilson Campos e Silva Antunes	Diretor
Paulo Roberto Arévalo Barros Filho	Diretor
Ruth Pimentel Mello	Diretora
Bruno Bitar Morhy	Diretor



Boas Práticas de RI

(GRI 102-2, 102-5, 102-10, 102-12, 102-13, 102-40, 102-42, 102-43, 102-44, 103-2, 103-3, 201-4; ODS 16.6; Gestão de Riscos)

Com o objetivo de ser transparente, o BANPARÁ possui um site de Relações com Investidores (ri.banpara.b.br), onde todos os documentos obrigatórios exigidos pelos órgãos fiscalizadores e/ou considerados boas práticas de mercado são disponibilizados.

Temos um relacionamento transparente e eficaz com nossos acionistas. O engajamento é feito no site de RI, que disponibiliza as principais informações e por meio dos demais canais de comunicação do Banco. No período, não houve nenhum procedimento específico de engajamento para ampliação da base acionária ou ações junto ao mercado.

Visando comunicar corretamente nossas informações realizamos publicações periódicas na CVM e no Site Relações com Investidores dos seguintes documentos:

- Comunicado ao Mercado;
- Fato Relevante;
- Atas do Conselho de Administração;
- Conselho Fiscal;
- Comitês Estatutários do BANPARÁ.

Como forma de desenvolver e disseminar o conhecimento foi realizada uma pesquisa para mensurar o grau de maturidade dos empregados do BANPARÁ em relação ao Banco ser uma Companhia Aberta. A partir do resultado serão desenvolvidas medidas de orientação para todo seu corpo funcional. Reforçando a importância de um trabalho que visa ampliar a capacitação dos profissionais.



Avaliação anual das agências de Rating

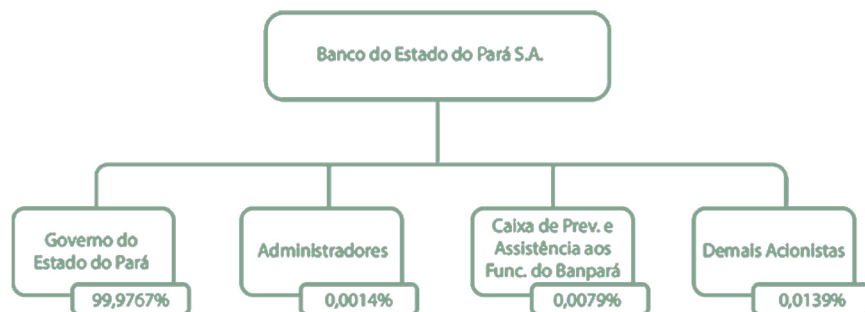
As notas atribuídas ao BANPARÁ pelas agências de classificação de risco refletem o desempenho operacional e a qualidade da Administração do Banco.

A Standard & Poor's, em novembro de 2020, manteve o rating do Banco em escala nacional e global, devido ao resultado de sua pequena exposição a segmentos e ativos mais arriscados, que contribuiu para um desempenho financeiro sólido e estável mesmo durante o período de crise econômica. A S&P destacou que o BANPARÁ possui uma extensa rede de agências em todo o Pará, incluindo áreas remotas onde os bancos privados normalmente não operam. Além disso, o índice de inadimplência tem diminuído nos últimos 6 anos, tendo atingido um nível historicamente baixo em 2020.

A agência Moody's Investors Service, em dezembro de 2020, elevou o rating de depósito em moeda estrangeira do Banco para Ba2, de Ba3, sendo um reflexo da sequência do aumento do teto em moeda estrangeira para o Brasil de Ba2 estável para Baa2. Afirmou que o BANPARÁ alcançou uma melhora em seu índice de inadimplência em 90 dias, além de apresentar medidas de suporte ao crédito, reduzindo suas taxas de empréstimos consignados.

Período	Standard & Poor's		Moody's	
	Escala Global	Escala Nacional	Escala Global	Escala Nacional
2017	BB-/B	brA+/brA-1	Ba2/NP	A2.br/BR-1
2018	BB-/B	brAA+/brA-1+	Ba2/NP	Aa3.br/BR-1
2019	BB-/B	brAA+/brA-1+	Ba2/NP	Aa3.br/BR-1
2020	BB-/B	brAA+/brA-1+	Ba2/NP	Aa3.br/BR-1

Composição Acionária do BANPARÁ



Participação do Governo

O Governo do Estado é o acionista majoritário e detém 99,97% das ações. Como fonte de financiamento possui os recursos próprios, Patrimônio Líquido, além dos recursos obtidos com as captações de depósitos à vista, a prazo, judiciais e poupança.

O Banco atua em consonância aos planos e programas do Governo Estadual, sendo um instrumento de execução da política econômico-financeira do Estado do Pará.

Aumento do Capital Social

Na Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 15 de julho de 2020, foi aprovado o aumento de Capital Social com incorporação de Reservas de Lucros no valor de R\$129.620.692,54 (cento e vinte e nove milhões, seiscentos e vinte mil, seiscentos e noventa e dois reais e cinquenta e quatro centavos), sem alteração do número de ações, elevando seu valor de R\$1.171.043.433,76 (um bilhão, cento e setenta e um milhões, quarenta e três mil, quatrocentos e trinta e três reais e setenta e seis centavos) para R\$1.300.664.126,30 (um bilhão, trezentos milhões, seiscentos e sessenta e quatro mil, cento e vinte e seis reais e trinta centavos).

Dividendos

Como forma de atender um dos compromissos assumidos, o BANPARÁ pagou o montante de R\$ 68.741.778,15 (sessenta e oito milhões, setecentos e quarenta e um mil, setecentos e setenta e oito reais e quinze centavos), referente aos dividendos, com base nos resultados do Banco no ano de 2020.

Resultados e Implementação de Melhorias

- Mudanças no site de relações com investidores: objetivando melhor enquadramento com as práticas de mercado;
- Programa de Integração do BANPARÁ: promover a integração e difundir conhecimento sobre negócios e práticas de governança corporativa ao Conselho de Administração e Diretoria Colegiada;
- Entrega de kit's contendo documentos societários e estratégicos: Estatuto Social, Código de Conduta e Ética, Formulário de Referência, Planejamento Estratégico, Relatório Anual e de Sustentabilidade, regimentos internos, calendários das reuniões e políticas internas;
- Treinamento de qualificação no Instituto IBGC - In Company ao Conselho de Administração e Diretoria Colegiada do BANPARÁ: proporcionar a reciclagem e aprimoramento em Governança e Mercado de Capitais para Administradores de Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista;
- Implementação da assinatura digital: disponibilização de uma pasta digital para todos os membros do Conselho de Administração, por meio da plataforma de colaboração SharePoint eliminando parcialmente o uso de papel;
- Aumento do nível de reporte de informações ao Conselho de Administração: acompanhamento de análise mensal dos balanços da Companhia realizado pelo Comitê de Auditoria Estatutário, melhorando a disponibilização aos stakeholders.

Participação em iniciativas externas

- Adoção do Código Brasileiro de Governança Corporativa como melhor prática de mercado, visando aperfeiçoar cada vez mais os procedimentos de governança corporativa da Instituição;
- Participação no grupo "IBRI – GT RI de Estatais", que objetiva preparar um "Guia de Relações com Investidores para Empresas Estatais".



Relações com o Governo (GRI 103-2, 201-4, 203-2, 416-1; ODS 2.3, 8.10, 16.6)

Buscamos excelência no atendimento das demandas bancárias aos órgãos do Governo do Estado com a missão de agilizar e facilitar as rotinas e fluxos desses processos, principalmente relacionados às transações de Ordem Bancárias e pagamento dos servidores do Estado. Além de implantar novos serviços para facilitar os gestores na condução administrativa dos órgãos do Governo do Estado.

O BANPARÁ não recebeu nenhum tipo de ajuda financeira do Governo, embora este participe com 99,97% das ações, de acordo com a estrutura acionária do Banco.

A relação estratégica mantida com o Governo do Estado, gerou grande impacto econômico ao Banpará, atuando como intermediador financeiro dos programas sociais do Governo do Estado. O Banco garantiu acesso à população paraense às rendas e aos pacotes econômicos criados pelo poder executivo estadual, sendo facilitador estratégico de enfrentamento à pandemia da COVID-19 e auxiliando no aquecimento do mercado paraense.

Nossa perspectiva é implementar ações com o objetivo de fortalecer a relação com o Governo do Estado mantendo o seu compromisso no desenvolvimento econômico e social de forma sustentável.



Iniciativas e Resultados

- Intensificação do relacionamento com o Governo por meio de visitas regulares e estratégicas, verificando as necessidades bancárias dos órgãos do Governo Estadual e Municipal;
- Aprimoramento da gestão da Folha de Pagamento e das movimentações financeiras por meio do SIAFEM Estadual: Deixaram de ser emitidos contracheques, o que resultou em segurança, agilidade e economia;
- Realização de Crédito de Ordem Bancária em 24hs, promovendo celeridade aos órgãos e possibilitando ao Governo emitir Ordem Bancária para crédito em Conta Poupança;
- Agente Financeiro no pagamento dos Programas Sociais do Governo Estado: “Recomeçar”, “Sua Casa” e “Renda Pará 100”.

“Renda Pará 100”: Iniciativa de grande importância para mitigar e amenizar os impactos negativos oriundos da pandemia da COVID-19;

“Recomeçar” e “Sua Casa”: Auxiliar as famílias paraenses que precisam construir ou reconstruir seus lares.

Objetivos para 2021 e a longo prazo

- Implantar e expandir o Sistema Cartão Combustível e Suprimento de Fundos, proporcionando uma ferramenta gerencial e de economia para o Governo do Estado;
- Proporcionar a evolução do sistema de pagamento dos servidores;
- Aperfeiçoar o Internet Banking Governo IBG;
- Implantar o Mobile Governo;
- Criar sistema específico para pagamento de benefícios, aprimorando o atendimento dos programas sociais do Governo do Estado;
- Implantar novas formas para realização de prova de vida para os beneficiários do INSS;
- Implantar a funcionalidade de crédito em conta poupança do BANPARÁ por meio de Ordem Bancária.

Resultados Estratégicos

(GRI 102-2, 102-6, 102-7, 102-10, 103-2, 103-3, 205-1, 302-4, 408-1, 409-1, 416-2; ODS 8.7, 8.10, 16.2, 16.5; Geração de emprego e renda, Inclusão bancária)



Para atender nosso objetivo estratégico, o Banco tem como foco um resultado econômico aliado à forma sustentável. Incorporado à importante missão de promover a inclusão bancária, o BANPARÁ segue em pleno processo de expansão, para estar presente nos 144 municípios do estado.

Nesse sentido, a área de Escritório de Projetos Estratégicos tem a missão de administrar a execução de projetos de desenvolvimento de produtos e serviços comerciais, legais e melhorias estratégicas, além de gerenciar o portfólio de projetos estratégicos do Banco, visando dar suporte necessário às unidades de atendimento, na melhoria dos produtos e serviços que são entregues aos clientes, primando pelo uso racional dos recursos em prol de entregas cada vez mais eficazes e eficientes, buscando alternativas viáveis e sustentáveis, além da análise Custo versus Benefício, entre outros, otimizando desta forma a oferta de novos produtos e serviços.

Diversas iniciativas agregam benefícios, dentre outros, a pessoas menos favorecidas:

- Intermediação de auxílios financeiros, por meio de cartão magnético com recursos transferidos pelo Governo Estadual e Municipal na rede de agências do BANPARÁ;
- Intermediação de recursos para aquisição de material de construção e pagamento de mão de obra para reforma de suas propriedades com recursos transferidos do Governo Estadual;
- Disponibilização do Pix, possibilitando maior inclusão social da população, em virtude das características do serviço;
- Disponibilização de abertura automática de contas sem ônus ao cliente, para recebimento dos auxílios emergenciais (Governo Federal);
- Oferta e disponibilização de serviços direcionados ao público específico contemplado nos pacotes de serviços exclusivos e voltados aos aposentados e pensionistas do INSS que recebem seu benefício no BANPARÁ.



Melhorias

- Implantação de processos de validação e verificação cadastral;
- Implantação de novos produtos e serviços e a disponibilização em canais de atendimento;
- As mudanças de estratégias, como a implantação do Cartão Múltiplo e Gestão de Combustível, resultaram em melhorias no alcance da meta em relação à capilaridade e novas parcerias, enquanto as operações na Rede BCard serão mantidas apenas em âmbito estadual com produtos específicos;
- Com foco em inovação, a implantação da tecnologia Contactless (pagamento por aproximação) nas transações de crédito e débito bandeiradas.

Serviços lançados

- Cartão Múltiplo (crédito e débito), denominado BANPARÁ Mastercard, com ampla aceitação nacional e internacional;
- Serviço Gestão de Combustível, para melhoria no controle de despesas com combustível por Órgão Estaduais, Prefeituras e Empresas Privadas;
- Disponibilização de produto de crédito para financiamento de IPVA;
- Disponibilização de produtos de crédito nos canais;
- Disponibilização das transações Pix, para aderência ao mercado.





Metas e objetivos para 2021 e anos seguintes

- Melhorar a acessibilidade ao cliente, com a disponibilização de todos os produtos e serviços em canais alternativos;
- Realizar a qualificação de clientes para definir com maior assertividade o perfil de risco, comercial e as necessidades;
- Implantar o aplicativo de Cartões;
- Disponibilizar Cartão Múltiplo para Pessoas Jurídicas;
- Implementar processo de digitalização de documentos para redução do número de impressões utilizadas na Instituição;
- Ofertar novos Pacotes de Serviços ao público segmentado;
Implantar produto com foco no financiamento de energia renovável, e outros para o portfólio do Banco;
- Expandir as modalidades de serviços aos clientes, com destaque para o Seguro, Capitalização e Consórcio;
- Remodelar a cobertura para o Seguro Prestamista;
- Melhorar a plataforma de venda dos produtos;
- Adequar o Open Banking, permitindo o compartilhamento do serviço de iniciação de transação de pagamento Pix;
- Incluir novas funcionalidades do Pix.

Resultado de Negócios

(GRI 103-2, 103-3 / ODS 1, 2, 8, 9, 16; Inclusão Bancária, Educação Financeira)

Os negócios comerciais do Banco consideram nossa Política Institucional de Relacionamento com os Clientes e Usuários de Produtos e Serviços Financeiros, sendo este instrumento direcionado ao padrão de melhoria de atendimento ao cliente, tornando o processo de atendimento mais eficiente (resultado econômico) e humanizado (resultado social).

As diretrizes para o relacionamento com os clientes estão pautadas nos princípios a serem observados e executados por todos os colaboradores, os quais devem atuar de forma ética, responsável, transparente e diligente buscando alcançar a missão do Banco em gerar valor para o Estado do Pará, como uma instituição autossustentável que atua para o desenvolvimento econômico e social.

As premissas dos atendimentos, independente da forma realizada, baseiam-se no fortalecimento da relação cliente/usuário, levando em consideração as

peculiaridades exigidas de acordo com o perfil de cada cliente e às políticas Conheça Seu Cliente, Conheça o Seu Funcionário, assim como a de Responsabilidade Socioambiental, alinhadas às entregas das informações para subsidiar melhor o cliente na tomada de decisão consciente, em atendimento às expectativas desejadas e possibilidades analisadas pelo Banco.

CLIENTES PF	
Ano	Quantitativo
2018	296.912
2019	372.100
2020	301.547

CLIENTES PJ	
Ano	Quantitativo
2018	13.417
2019	13.190
2020	27.245



Serviços e Tarifas

Em 2020, identificou-se uma evolução de 5,08% e 17,13%, na receita de tarifas e serviços, em comparação aos anos de 2019 e 2018, respectivamente, com diversas melhorias:

- Atualização das tarifas PF e PJ;
- Atualização dos Pacotes de Serviços PF e PJ, com a inclusão de novas modalidades;
- Melhoria na gestão dos serviços de Seguros;
- Disponibilização de Seguro Habitacional, comercializado em conjunto à concessão das operações de Financiamento Imobiliário.

Meios de Pagamentos Eletrônicos

O lançamento do Cartão BANPARÁ Mastercard (cartão múltiplo de crédito e débito), com aceitação internacional, e o Serviço Gestão de Combustível apresentaram grande contribuição e satisfação aos stakeholders e resultaram em melhorias no alcance das metas em relação à capilaridade e novas parcerias.

- Os cartões bandeirados apresentaram uma redução de 8,12% na receita, em relação a 2019, e um acréscimo de 4,32% em relação a 2018;
- A Rede Bcard apresentou redução de 3% na receita, comparado a 2019, e de 7%, comparado a 2018.

Negócios Comerciais – Pessoa Física

(GRI 102-2, 102-7, 103-2, 103-3; ODS 1.4, 8.10)

A carteira de pessoa física tem representatividade superior a 76% nos negócios do Banco, em comparação aos negócios com pessoas jurídicas. O programa de expansão resulta, dentre outros, na consolidação da adesão de clientes, que no interior do estado representam entre 51% a 75% da nossa carteira atual.



Estamos inseridos na missão de fomentar a economia do estado na promoção e gestão de produtos e serviços de crédito destinados a pessoas físicas, promovendo a adequação do nosso portfólio às melhores práticas de mercado, gerando valor ao BANPARÁ e à economia regional.

O BANPARÁ é responsável pela gestão e operacionalização do processo de concessão dos produtos de crédito comercial PF atuando como fomentador do consumo, promovendo a adequação do portfólio às melhores práticas de mercado, gerando valor ao Banco e à economia do estado. Todas as iniciativas relacionadas à ampliação do portfólio de produtos, melhorias em controles e processos, e busca de alavancagem de resultados têm como premissa a garantia de resultado econômico e social de forma sustentável.

A Política de Crédito das Carteiras Comercial, Fomento, Câmbio e Imobiliário é o normativo que estabelece as diretrizes a serem seguidas pela carteira de crédito comercial pessoa física, destaca-se que essa política está alinhada à PRSA do BANPARÁ.

Melhorias

- Criação de 12 novas linhas de Consignado na modalidade prefeitura;
- Melhorias no fluxo de portabilidade de venda e compra para o produto Consignado;
- Criação de linha de crédito parcelado para clientes classificados como autônomos e profissionais liberais.

O BANPARÁ trabalha somente com produtos de crédito autorizados pelo órgão regulador.





Planos de melhorias para 2021 e a longo prazo

- Melhorias nos produtos de crédito comercial pessoa física, para aderência às melhores práticas de mercado;
- Expansão do público alvo dos produtos de crédito pessoa física;
- Criação das linhas de Reescalonamento de Crédito, CDC Banpará e Antecipação de Saque Aniversário FGTS e Consignado (Prefeituras, Câmaras, Empresas, Órgãos e INSS);
- Disponibilização dos produtos de crédito nos canais (Mobile, Internet Banking e Caixas Eletrônicos).

Negócios Comerciais – Pessoas Jurídicas

(GRI 102-2, 102-6, 102-7, 102-10, 103-2, 103-3, 205-1, 408-1, 409-1; Combate à Corrupção Geração de Emprego e Renda, Combate ao trabalho infantil e ao análogo a escravo, Inclusão bancária; ODS 8.10, 9.3, 16.5)

Uma das formas de fomentar a economia do estado é a disponibilização de linhas de crédito que abrangem desde microempresas até grandes empresas, dentre elas, indústrias, comércio e serviços; produtos que reforçam o fluxo de caixa no curto e médio prazo possibilitando o crescimento e solidificação das empresas, comprometidos em incentivar o acesso aos serviços bancários às empresas regionais, por meio de um portfólio diversificado de produtos e garantias, com foco em segurança, rentabilidade e qualidade creditícia.

Constantemente realizamos estudos técnicos para avaliar a elaboração de produtos voltados a nichos de mercados específicos, produtos financeiros voltados ao porte do cliente, bem como melhorar os parâmetros dos atuais produtos, com foco nas necessidades dos nossos clientes.

Melhorias

- Política de concessão de crédito às empresas que estejam em conformidade com as diretrizes socioambientais da PRSA e com modelo de classificação, avaliação e monitoramento de risco socioambiental;
- Disponibilização de novos produtos, com destaque para o Capital de Giro – Folha de Pagamento e Capital de Giro Empreendedor (micro, pequenas e médias empresas, setores do comércio, serviços, indústria);
- Implantação de iniciativas para combater a corrupção e mitigação contra trabalho infantil e análogo ao de escravo.

Plano de Melhorias a longo prazo

- Diversificar o portfólio de produtos e serviços para clientes pessoa jurídica;
- Implementar o novo Cartão Múltiplo para pessoa jurídica, com as funcionalidades de débito e crédito;

- Implementar o gerenciador financeiro para clientes pessoa jurídica, em modelo de Office Banking;
- Integrar os sistemas do Banco a plataformas de cunho socioambiental.

Câmbio e Comércio Exterior

(GRI 102-6, 102-7, 102-12, 102-13, 103-2, 103-3, 205-1, 408-1, 409-1; ODS 8.10, 9.3, 16.5)

O BANPARÁ atua no mercado de câmbio e comércio exterior, focando prioritariamente no desenvolvimento das empresas regionais importadoras e exportadoras, elevando o desempenho das atividades destas empresas e contribuindo para o crescimento do estado.

Resultados

- Crescimento no volume total de 90,79%, de 2019 para 2020;
- Aumento da receita líquida de 165,28%.

As práticas de câmbio e comércio exterior são aderentes às diretrizes da PRSA, quanto às exigências de regularidade social, ambiental e trabalhista, especialmente no que tange às normas relativas à saúde e segurança ocupacional, mão de obra ou aquisição de matéria-prima proveniente de trabalho infantil, trabalho em condições análogas a de escravidão e/ou que de alguma forma atente contra os direitos humanos, em quaisquer de suas



atividades, inclusive quanto ao monitoramento de seus fornecedores diretos e relevantes.

O BANPARÁ se empenha em combater a corrupção e a fraude, buscando sempre a ampla transparência em suas atividades e o mais alto padrão de honestidade e integridade em seus relacionamentos.

Ressaltamos que não foram identificadas operações com suspeita de recursos oriundos de corrupção, nem tampouco que apresentaram riscos decorrentes de trabalho infantil e/ou trabalhadores jovens expostos a trabalho perigoso.

Melhorias

Visando aumentar o acesso das pequenas indústrias e outras empresas aos serviços da carteira implantamos ações – capacitação técnica e concessão de crédito – por meio da parceria do BANPARÁ com o Plano Nacional da Cultura Exportadora (PNCE), programa da União em companhia com as secretarias de desenvolvimento econômico dos Estados, e demais entidades públicas e privadas.

Compromisso com iniciativas externas

Seguimos os regramentos externos

- FX Global Code: é um conjunto de princípios globais de boas práticas no mercado de câmbio e foi

desenvolvido para fornecer diretrizes comuns para promover a integridade e o funcionamento efetivo deste mercado;

- OFAC – Office of Foreign Assets Control: é uma agência pertencente ao Departamento de Tesouro dos Estados Unidos, tendo como principal função administrar e aplicar sanções baseadas em políticas nacionais e internacionais de segurança contra países, regimes, terroristas e traficantes visados internacionalmente;
- CCI – Câmara de Comércio Internacional (ICC – International Chamber of Commerce): é uma organização internacional não governamental que trabalha para promover e assessorar o comércio internacional e a globalização. A CCI é a voz do comércio internacional que defende a economia global como uma força para o crescimento econômico, a criação de trabalhos e a prosperidade no ramo comercial;
- FEBRABAN: regramentos referentes ao mercado de comércio exterior;
- ANBIMA: regramentos sobre a utilização de empregados que possuam certificação tendo em vista que os mesmos operam em mesa financeira.

Participamos: Da subcomissão de comércio exterior da FEBRABAN.



Captação de recursos financeiros varejo

(GRI 102-7, 102-12, 102-13, 103-2, 103-3; Produtos Verdes)

Resultados

- Crescimento de 58% a.a na carteira de depósito a prazo;
- Crescimento de 20% a.a para poupança.

Objetivos para 2021

- Lançamento dos produtos CDB Verde (com critério de sustentabilidade), LF-Letra Financeira (Varejo) e LCI-Letra de Crédito Imobiliário.

Aderência aos códigos e iniciativas externas

- ABBC – Associação Brasileira de Bancos;
- FEBRABAN – Federação Brasileira de Bancos;
- Fundo Garantidor de Crédito – FGC;
- ABECIP – Associação Brasileira das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança;
- ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais.

Negociações no Mercado Financeiro

(GRI 102-7, 102-12, 102-13, 103-2, 103-3)

A carteira financeira, em relação à disponibilidade de recursos na conta Reserva Bancária no BACEN, continua operando de forma eficiente sob a ótica do risco x retorno com seus recursos de tesouraria. É respeitado assim o cumprimento da exigibilidade imobiliária e rural e direcionado o excedente de caixa para aplicações no mercado financeiro, por meio de alocações em operações compromissadas, em que sempre há a garantia/lastro em suas operações.

Em 2020, a rentabilidade dos Ativos em Tesouraria apresentou média aproximada de 98,6% do DI, em virtude da aplicação em títulos atrelados a este índice, bem como a aplicação de ativos de exigibilidade como o DII (Depósito Interfinanceiro Imobiliário) e CDI Rural, que por sua natureza tendem a ter taxas de retorno mais baixas, dado que objetiva subsidiar funding de crédito mais atrativo à sociedade.

Em relação à responsabilidade socioambiental com os investidores, a Tesouraria dispõe de métricas que mensuram a capacidade da contraparte em honrar os compromissos financeiros assumidos e mensuram a reputação da Instituição perante o mercado nos mais variados níveis de agentes, o que vai ao encontro das prerrogativas de medidas de gerenciamento de risco socioambiental na relação de negócios com investidores institucionais.



Objetivos para 2021 e a longo prazo

- Estruturação e implantação de Mesa ALM, que tem como objetivo aumentar a eficiência na gestão de ativos e passivos do Banco, realizando o gerenciamento da liquidez e dos gaps, assim como a precificação da transferência interna de funding, além da gestão de hedge e gerenciamento centralizado de informações;
- Estruturação da área financeira para atendimento de demandas internas relacionadas às operações com derivativos cujo objetivo seja hedge de posições do Banco, visando proteger determinadas carteiras e/ou vértices das volatilidades de mercado.

Imobiliário

(GRI 102-2, 102-6, 102-7, 103-2, 103-3, 205-1, 408-1, 409-1; ODS 1.4, 8.7, 8.10, 9.3, 16.2, 16.5; Combate à Corrupção, Geração de Emprego e Renda, Combate ao trabalho infantil e ao análogo a escravo)

Visando atender o objetivo estratégico de garantir o resultado econômico e social de forma sustentável apresentamos melhorias no produto Plano Empresário BANPARÁ: no processo de concessão do produto, são exigidos documentos socioambientais a fim de atestar a regularidade socioambiental da operação.

Independente de renda, vínculo trabalhista, dentre outros fatores, qualquer pessoa física pode ter acesso ao crédito imobiliário do BANPARÁ, bastando apenas ser correntista do Banco. Além disso, reduziu-se o valor mínimo do imóvel e a modificou-se a regra de composição de renda de forma a ampliar o acesso de clientes pessoa física. Quanto à pessoa jurídica, empresas de qualquer porte podem pleitear o crédito imobiliário, atendidas as demais exigências.

O compromisso com a gestão do risco socioambiental também é manifestado nas análises de crédito imobiliário, por meio da realização de pesquisas para compor a análise de crédito, das quais destacamos: licenças ambientais, regularidade trabalhista, consulta de envolvimento com trabalho escravo e infantil, multas ambientais e embargos.

Ligados ao crédito, utilizamos recursos como a classificação de risco socioambiental, que permite classificar o cliente de acordo com o grau de risco socioambiental inerente às suas atividades.

Nossos normativos estão em consonância com os compromissos da Política de Responsabilidade Socioambiental (PRSA).



Para mitigar riscos decorrentes de trabalho escravo ou infantil no crédito imobiliário é solicitado ao cliente o preenchimento da declaração socioambiental atendendo ao manual de risco socioambiental do Banco.

Não assumimos riscos de crédito com clientes que:

- Submetam trabalhadores a formas degradantes de trabalho ou os mantenham em condições análogas à de trabalho escravo;
- Estejam enquadrados em crimes de lavagem de dinheiro ou ocultação de bens, direitos e valores;
- Exerçam qualquer atividade ilegal;
- Ofereçam garantias provenientes, direta ou indiretamente, de atividades ilícitas;
- Sejam responsáveis por dano doloso ao meio ambiente;
Pratiquem a exploração sexual de menores e/ou de mão de obra infantil.

Não foram identificados riscos decorrentes de casos de trabalho infantil, forçado ou análogo ao escravo.

Resultados

Obtivemos um total de 215 operações, todas situadas em Belém. Nosso maior público de pessoa física foi por meio dos servidores efetivos e de pessoa jurídica, de incorporadoras.



Combate à Corrupção

Na análise comercial para concessão do produto Plano Empresário BANPARÁ, são realizadas consultas específicas internas para avaliar se a empresa é suspeita de lavagem de dinheiro, corrupção e fraude. Além disso, são realizadas consultas processuais a fim de identificar alguma ação judicial nesse sentido, tanto para pessoa jurídica quanto para pessoa física, bem como são realizadas consultas junto ao Tribunal de Justiça e pesquisa na Lista das Empresas Registradas no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP).

Impactos Provocados pelo Crédito Imobiliário

A concessão de crédito para produção de empreendimentos contribui para o desenvolvimento econômico e social da região, em razão da promoção da habitação e a contratação de mão de obra na área da construção civil. Ademais, o financiamento para aquisição de imóvel pessoa física promove o acesso à moradia digna.

Objetivos para 2021 e a longo prazo

- Celeridade nas análises de crédito;
- Melhorias quanto à qualidade na mitigação de risco de crédito;
- Reavaliar os procedimentos já institucionalizados de regularidade socioambiental dos produtos de crédito imobiliário, atendendo às diretrizes da PRSA.

Resultado Econômico e Social Sustentável

(GRI 102-6, 102-7, 102-10, 102-13, 103-2, 103-3, 203-2, 408-1, 409-1; ODS 1, 2, 4, 5, 8, 9, 16; Combate à Corrupção, Geração de Emprego e Renda, Combate ao trabalho infantil e ao análogo a escravo, Inclusão bancária)

O BANPARÁ preocupou-se em fortalecer as áreas de apoio aos segmentos de maior impacto social no estado, principalmente visando a geração de emprego e renda na região.

Assim, foram priorizadas as carteiras de crédito para pessoa jurídica, voltadas ao atendimento das micro e pequenas empresas locais; de câmbio com foco nos micro e pequenos exportadores paraenses; de fomento que atende os produtores rurais e microempreendedores do estado; de crédito imobiliário, haja vista que a construção civil é o setor que emprega mais rapidamente; bem como os incentivos sociais para enfrentamento à crise instalada.

Os programas sociais contribuíram financeiramente com fomento da economia paraense, frente a crise econômica, com o aumento de demissões e queda de renda para trabalhadores, em decorrência da pandemia da COVID-19. Em contrapartida, foram realizadas ações para dinamização dos produtos da carteira comercial, inclusive com redução de taxas, fato que permitiu ao cliente ter acesso a mais recursos.

O aumento de prazo de linhas de crédito em meio à pandemia deu fôlego ao fluxo de caixa dos clientes, evitando mais desemprego, e minimizando os impactos da crise.



A atuação da área de fomento do Banco, por meio do financiamento à pequenos e médios produtores, proporciona aos municípios menores o crescimento do comércio, agricultura e pecuária, contribui para gerar renda e empregos diretos à população local. Desenvolve um importante papel no estado como fomentadora de projetos que desenvolvam regiões com carência de investimentos, com a promoção da responsabilidade socioambiental atrelada aos produtos.

O desenvolvimento sustentável exige o comprometimento direto. Buscamos assegurar o cumprimento das regras sociais e ambientais na execução dos negócios, alinhando essas regras na oferta de produtos e serviços.

Por meio do fomento e da disponibilização de linhas de créditos direcionadas a pequenos e médios produtores rurais o Banco impacta diretamente os ODS, favorecendo a produtividade agrícola, ampliando o acesso aos recursos econômicos e microfinanças, promovendo empoderamento feminino, e outros impactos econômicos e sociais positivos.

Fundo Esperança

Destacamos a operacionalização do Fundo Esperança, criado pela Lei Estadual nº 9.032/2020, destinado a financiar emergencialmente os pequenos e microempreendedores, bem como as cooperativas de trabalho que se enquadram na Lei nº 12.690/2012, afetados pelas adversidades econômicas decorrentes da doença COVID-19, provocada pelo novo Coronavírus (SARS-Cov-2) no âmbito do estado do Pará.

Ao todo, foram disponibilizados R\$ 200 milhões para concessão de financiamentos de até R\$ 15 mil, com prazo de 36 meses, carência de 90 dias e taxa de 0,2% ao mês. Sendo que, parte desses recursos, advém da parcela de lucros e dividendos resultantes da participação acionária do Estado no BANPARÁ.

Mais de 60 mil empreendedores, pessoas físicas e jurídicas (MEI, ME e EPP), receberam liberação de crédito, totalizando a injeção de mais de R\$ 150 milhões na economia local para imediata circulação. Fato este que conferiu ao Fundo Esperança o papel de principal ferramenta do Governo Estadual no enfrentamento dos efeitos econômicos decorrentes da pandemia.

Microcrédito

- BANPARÁ Comunidade, linha de crédito com mais de 18 anos de existência, com foco na capilaridade do crédito em todo território paraense, por meio da rede de agências do BANPARÁ.
- Empodera, linha de crédito focada na promoção da igualdade de gênero e empoderamento feminino, voltada para mulheres empreendedoras, em situação de vulnerabilidade, que atuam em micro e pequenos negócios, do setor formal e informal, que não possuem acesso a linhas de crédito comerciais em instituições financeiras. A linha é uma aposta do BANPARÁ na bancarização do público de baixa renda, admitindo inclusive contratações de mulheres com restrições de crédito menores, como contas de energia e telefone, por meio de atendimento exclusivo dos Agentes de Microcrédito e com o apoio dos parceiros do Eixo de Empreendedorismo.

Obtivemos entrega qualitativa em curto prazo, efeito do seguimento à democratização do acesso ao crédito nos bairros; as mulheres microempreendedoras beneficiárias dessas operações atingiram novos níveis de importância econômica e social, hoje sem amarras das limitações estruturais de acesso ao mercado de crédito e a escassez de garantias. Houve estruturações de empreendimentos, evolução sistemática de geração de renda com claro desenvolvimento em vários estabelecimentos.

O Empodera é composto por ciclos de qualificação às mulheres, e acompanhamento constante dos agentes de microcrédito, que realizam avaliação dos negócios, das necessidades de conhecimento financeiro para desenvolvimento do negócio e capacitação, para o controle do fluxo de caixa e investimentos para o progresso econômico. Essa modelagem contribui com a educação financeira, aprimora a capacidade de controle dos recursos e evita endividamentos.

- BANPARÁ Comunidade Mototaxista, linha focada no incentivo à atividade de mototaxistas, visto que muitos municípios, incluindo a capital e região metropolitana têm na moto o seu principal meio de transporte.



No processo de contratação de todas as linhas é realizado um levantamento socioeconômico, que identifica a situação econômica tanto do empreendedor quanto do empreendimento. A partir disso é identificada a capacidade de pagamento, que é respeitada, para evitar o endividamento e a inadimplência nas linhas.

Para efetivação de qualquer operação de microcrédito são realizadas visitas técnicas e entrevistas, a fim de conhecer o funcionamento do empreendimento e mitigar qualquer possibilidade de fraude, trabalho infantil e/ou escravo, ou risco ambiental.

Uma das principais métricas de sucesso das linhas de microcrédito é a renovação de operações, ou seja, o processo onde um contrato é liquidado de forma adimplente e um novo contrato é realizado; a sucessão de renovações tem impacto direto no aumento da capacidade de pagamento do cliente, e consequentemente na saúde financeira do empreendimento.

O Microcrédito do BANPARÁ é uma importante ferramenta no contexto do desenvolvimento sustentável, desempenhando papel singular no desenvolvimento da região, e ainda proporciona uma evolução dos microempreendedores individuais, por meio de parceiras do BANPARÁ com entidades de fomento e qualificação.

A presença do Banco no estado fomenta a economia, promove e consolida a sua imagem, como instituição que prioriza o desenvolvimento econômico e social, vislumbrado por meio da melhora de percepção da comunidade nos centros comerciais onde o cliente BANPARÁ é atendido, promovendo ramificações de trabalho indireto e circulação de ativos na economia local, possibilitando aumento da percepção empreendedora na sociedade e criando senso de pertencimento e valor a seu bairro, município e áreas diferentes de negócios.

Mitigação de riscos socioambientais

(GRI 102-2, 102-6, 205-1, 408-1, 409-1, 416-1; ODS 8.7, 8.8, 16.2, 16.5; Combate à corrupção, Combate ao trabalho infantil e ao análogo a escravo; Gestão de riscos; produtos verdes/crédito sustentável)

As medidas usadas para mitigação do risco socioambiental trazem maior segurança financeira para o Banco. Diante dos controles, acompanhamentos e fiscalizações das operações, o Banco tem conseguido o resultado econômico e social de forma sustentável.

Para a análise de projetos de financiamento e relacionados ao microcrédito, o Banco realiza pesquisas socioambientais em relação a informações públicas do cliente, tais como: verificação de licenças ambientais, consulta de embargos, verificação de multas e outros antecedentes ambientais, regularidade trabalhista, inclusive no que se refere ao envolvimento com trabalho análogo ao escravo e infantil, bem como outras verificações de regularidade, como: Receita Federal, Previdência Social, FGTS, Serasa, Lista de Desmatamento Ilegal - LDI, Programa de Regularização Ambiental. São realizadas visitas e auditorias aos negócios contratados, avaliação da estrutura e acompanhamento periódico sobre o uso do valor financiado.

Todas as operações foram submetidas a avaliações de riscos relacionados à corrupção. Ressaltamos que não

tivemos casos comprovados.

Além de certidões e consultas, por meio de vistoria prévia é verificado in loco indícios de trabalho infantil ou jovens expostos a trabalho perigoso, e de trabalho forçado ou análogo ao escravo. Não identificamos casos equivalentes.

Melhorias

- Adoção do cadastro de projetistas, ao invés do credenciamento;
- Atualização e implantação dos normativos internos, que trouxeram maior segurança na concessão dos produtos, acompanhamento de forma mais precisa e adequada, celeridade, e retorno de um percentual significativo dos empréstimos dentro dos prazos concedidos;
- Aprimorando das etapas de análise e avaliação das garantias, assim como inclusão/ajustes de cláusulas nos instrumentos de crédito, em adequação ao Normativo SARB nº 14 da FEBRABAN.

Perspectivas para 2021

- Está em fase de implantação as linhas de financiamento do Pronaf, BANPARÁ Bio, Finep e Fungetur;
- Automatização do fluxo de concessão de crédito rural e BNDES.



Impactos na Saúde e Segurança dos Clientes

No cenário da pandemia, o Banco tomou diversas medidas para a manutenção do bem-estar de nossos clientes. Mais precisamente, medidas ágeis que culminaram com a locação de tendas para o melhor conforto quanto aos raios solares, readequação na distribuição de empregados para evitar filas, pessoas orientando sobre o distanciamento, em alguns casos houve aferição de temperatura, controle para não causar aglomeração, fiscalização quanto ao uso de máscaras, disponibilização de álcool 70, e busca por celeridade quanto ao atendimento.

Além das medidas relatadas acima, foram adequadas horas extras e abertura das agências em finais de semana, buscando a continuidade do serviço, visando o bom atendimento e a preservação da saúde dos clientes.

O impacto foi principalmente positivo, e sempre que ocorreu alguma intercorrência de forma negativa, mais medidas foram tomadas. Podemos citar o fechamento de agências e a desinfecção, quando empregados eram atestados com COVID-19. E para não haver aglomerações de pessoas no período da pandemia, distribuímos os dias de pagamento, alternando-os conforme revisões e necessidades.

Perspectivas para integrar o BANPARÁ ao ecossistema de inovação da Amazônia

(GRI 103-2, 103-3, ODS 1, 2, 7, 9b,)

Como parte da estratégia de desenvolvimento sustentável, o BANPARÁ criou o Núcleo de Bioeconomia e Empreendimentos Inovadores – NUBEI. Este Núcleo estratégico está destinado a incentivar, de



forma diversificada, a inovação regional como meio para o desenvolvimento acelerado e sustentável da Amazônia, por meio de diversas ações abarcadas em um programa denominado Bio-Inovatech Amazônia. Consequentemente, relevante porção dos projetos a serem financiados pelo Núcleo terão como objeto a utilização sustentável dos recursos naturais regionais.

A atuação desta área terá implicações predominantemente exteriores ao Banco, irradiando seus efeitos na sociedade paraense como um todo, ao induzir a criação de vantagens competitivas regionais que assegurem o crescimento econômico e sustentável do estado do Pará no longo prazo.

As estratégias orientadas a integrar o Programa Bio-Inovatech Amazônia são as seguintes:

- a)** Financiamento a atividades de pesquisa e desenvolvimento de inovação por intermédio de recursos financeiros não reembolsáveis de origem própria e/ou em co-investimento de terceiros;
- b)** Participação em programas de empreendedorismo inovador;
- c)** Aquisição de cotas em Fundo de Investimento em Participações – FIP, preferencialmente em fundos de capital semente (seed capital) que aportem capital em empresas

inovadoras da Amazônia;

- d)** Linhas de crédito reembolsável para financiamento da inovação nas empresas;
- e)** Estabelecimento de rede de parceiros estratégicos para agilizar a implementação dos mecanismos acima e potencializar seus resultados.

Metas e objetivos para 2021

I. Financiamento de Pesquisas

Meta: Lançamento de dois Editais de Financiamento de Pesquisa em Bioeconomia no valor global de R\$ 300 mil.

Objetivos:

- Disseminar conhecimento científico e tecnológico que constituam vantagens competitivas regionais;
- Direcionar o trabalho de pesquisadores para a aplicação de seus conhecimentos em projetos de viés comercial;
- Agregar valor às cadeias econômicas locais mediante a exploração sustentável dos recursos naturais;
- Prover financiamento não reembolsável de projetos de pesquisas ligados à Bioeconomia voltados para a criação e/ou melhoria de produtos, serviços ou processos produtivos na Amazônia.



II. Empreendedorismo Inovador

Meta: Lançamento de um programa de empreendedorismo inovador: Bio-Inovatech/Sinapse da Bioeconomia.

Objetivos:

- Fomentar a cultura do empreendedorismo inovador no Pará;
- Promover o surgimento de 40 novas empresas inovadoras que contribuam para a preservação da floresta em pé;
- Promover capacitações em empreendedorismo inovador;
- Diversificar a matriz produtiva da região.

III. Linhas de Crédito

Meta: Disponibilizar três linhas de crédito com recursos da Financiadora de Estudos e Projetos – Finep.

Objetivos:

- Dispor de financiamentos para investimento em equipamentos inovadores nos segmentos de telecom, energia e saúde;
- Criar linhas de crédito especialmente concebidas para escalar a produção de micro e pequenos

empreendimentos inovadores;

- Desenvolver produtos financeiros que auxiliem as empresas paraenses a criarem vantagens competitivas mediante investimento em P&D.

IV. Parcerias estratégicas

Meta: Estabelecer cinco parcerias estratégicas com instituições atuantes no ecossistema de inovação da Amazônia.

Objetivo:

- Proporcionar maior alcance e eficiência ao Programa Bio-Inovatech.

Metas e objetivos até 2024

Ao longo dos anos de 2022 até 2023 as demais estratégias elencadas para atuação do NUBEI, como a disponibilização de linhas de financiamento e fundo de participação para empresas inovadoras estarão implementadas. As quais, associadas aos editais anuais de financiamento de pesquisa e programas de empreendedorismo, contribuirão para que o BANPARÁ consolide sua visão de se tornar o principal agente financeiro do ecossistema de inovação da Amazônia até 2024.

Investimentos que Valorizam a Marca BANPARÁ

(GRI 103-2, 103-3, 205-1, 408-1, 409-1, 417-3; ODS 8.7, 12, 16.2; Combate à corrupção, Combate ao trabalho infantil e ao análogo a escravo, Gestão de Riscos)

Investimos no fortalecimento da marca com a campanha “Onde tem Pará tem BANPARÁ”, objetivando reforçar o plano de expansão do Banco, que visa estar presente fisicamente nos 144 municípios do Pará até 2022, bem como as campanhas para os lançamentos dos produtos Crédito Imobiliário e Cartão múltiplo BANPARÁ. O Banco ainda investiu na divulgação do incentivo aos protocolos de segurança no combate a pandemia do Coronavírus para o seu público interno e externo.

Promover a inclusão social é um dos principais objetivos da Instituição, uma forma de tornar isso realidade é apoiar inúmeros projetos artístico-culturais, socioambientais, educacionais e desportivos.

Acreditamos no esporte como prática da cidadania e símbolo de superação e orgulho nacional. Por isso investimos no apoio ao esporte paraense.

Nos últimos quatro anos, o BANPARÁ destinou mais de R\$ 10 milhões para a realização do Campeonato Paraense de Futebol, que passou a ser chamado de “Banparazão”. Enfatiza-se que uma porcentagem do patrocínio realizado ao campeonato é destinada à premiação dos melhores do torneio.

O Banco atuou ainda em parcerias com empresas que realizam premiações, por meio de bolsas de incentivo aos destaques do atletismo paraense.

Como patrocinador oficial do Círio de Nazaré, tombado como patrimônio cultural e imaterial pela Unesco, o BANPARÁ atrelou a força do empreendedor paraense, onde os mesmos tiveram apoio do BANPARÁ, com os produtos disponibilizados no período de pandemia, fazendo alusão com a fé da população paraense, que não se abala diante das dificuldades e circunstâncias adversas.

Com o compromisso de ser uma empresa com resultados sociais de forma sustentável, o BANPARÁ associou sua marca a festivais com consciência ecológica, no qual possuem ensinamentos práticos e sustentáveis para o dia a dia da população, a exemplo o Festival Ambienta, cujo objetivo é integrar a cultura com o meio ambiente, com fórum de negócios sustentáveis e projetos com conscientização do público para as questões ambientais mundiais com ênfase na Amazônia.

Ao patrocinar eventos e projetos artísticos em todo o estado do Pará, o BANPARÁ ajuda a difundir a cultura paraense. Em 2020, os patrocínios culturais viabilizaram a realização de 14 projetos, incluindo aqueles com lei de incentivo, os quais foram selecionados em consonância às diretrizes, ligados à missão e valores do Banco e que proporcionassem experiências positivas aos nossos clientes.

Investimentos externos

- Círio de Nazaré
- Festival Ambienta
- Feira do Livro
- Campeonato Paraense de Futebol
- Espetáculo Infantil Indiozinho Peri
- Festival Minha Banda na Cultura
- Fórum de Infraestrutura Regional

Investimentos internos

- Campanha para incentivo aos protocolos de segurança no combate a pandemia do Coronavírus
- Campanha Círio de Nazaré
- Campanha Dia das Mães
- Campanha Dia dos Pais

- Campanha Dia do Bancário
- Campanha Aniversário BANPARÁ
- Semana da Segurança Digital

Objetivo para 2021

Gerar valor por meio da diferenciação dos concorrentes, criando experiências para os nossos clientes de acordo com a mensagem que desejamos passar.

Objetivando a mitigação de riscos socioambientais, reputacionais e de imagem, todos os nossos relacionamentos com terceiros relacionados a marketing e patrocínio estão aderentes à Política de Responsabilidade Socioambiental do BANPARÁ, no que se refere ao cumprimento da legislação ambiental, social, fiscal e trabalhista, bem como à inexistência de trabalho análogo a escravo, infantil e de exploração sexual, bem como adota procedimentos visando à prevenção à lavagem de dinheiro e envolvimento com qualquer prática de corrupção.

Não tivemos nenhuma inconformidade com leis ou códigos voluntários, bem como não foi identificado caso de corrupção, trabalho infantil, forçado ou análogo ao escravo relacionados ao marketing, publicidade, promoção e patrocínios.



Iniciativas pela ética e combate à corrupção e lavagem de dinheiro

(GRI 102-12, 102-13, 102-16, 102-17, 103-2, 103-3, 205-1, 205-2, 205-3, 417-3; ODS 16.6; Combate à Corrupção, Gestão de Riscos)

Visando a integridade dentro do Banco e com intuito de assegurar a aderência normativa, os padrões éticos e de conduta esperados foi instituído o Programa de Compliance BANPARÁ, que consiste em um conjunto de procedimentos, mecanismos e diretrizes internas envolvendo as partes interessadas, com o fim de monitorar, prevenir e tratar possíveis irregularidades normativas na realização das atividades do Banco e, conseqüentemente, mitigar os riscos de compliance.

Foram compreendidos no desenho do Programa os requisitos expressos nos dispositivos legais que versam sobre Integridade e, mais especificamente:

- Lei nº 12.846, agosto 2013;
- Decreto Federal nº 8.420, março de 2015;
- Decreto Estadual nº 2.289, dezembro de 2018;
- Normativo SARB nº 021/2019 da FEBRABAN, março de 2019.

Desta forma, medidas anticorrupção estão integradas ao Programa de Compliance BANPARÁ. Quanto aos mecanismos para mitigação de risco de lavagem de dinheiro, o Banco possui políticas e manuais atualizados e disseminados internamente, bem como procedimentos automatizados para o devido monitoramento, seleção, análise e comunicação pertinente.

A Política de Responsabilidade Socioambiental prevê o cuidado e monitoramento quanto à ética e prevenção à lavagem de dinheiro e corrupção, no que se refere ao relacionamento com terceiros, visando combater tais práticas e mitigar riscos reputacionais e de imagem.



Ações de melhoria

- Inclusão na Política de Conformidade de tópico que diz respeito a procedimento operacional e de controle e mecanismos de integridade adequados para participação em licitações, celebração de contratos administrativos e para qualquer interação com o setor público, ainda que intermediada por terceiros, tais como: fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados;
- Ajustes no Documento do Programa de Compliance e nas respectivas ações previstas relativas aos Pilares, com vista ao aperfeiçoamento do programa e alinhamento às melhores práticas e tendência de compliance do mercado financeiro;
- Adequações no Programa de Compliance para aderência integral ao Normativo SARB nº 21/2019 da FEBRABAN – Programa de Integridade para Prevenção à Corrupção e a Outros Atos Lesivos à Administração Pública Nacional ou Estrangeira, que estabelece princípios e regras que consolidam as melhores práticas nacionais e internacionais atinentes aos procedimentos operacionais e de controle aos mecanismos de integridade a serem observadas pelas Instituições Financeiras Signatárias, em consonância com as normas existentes.

Monitoramento dos Processos de Compliance

Em relação ao monitoramento da eficácia dos processos de compliance, periodicamente ocorre a avaliação quanto à implementação e sua efetividade, se estão sendo produzidos os efeitos desejados, se os pilares estão funcionando





conforme o desejado e se os riscos identificados estão sendo controlados de acordo com o previsto e, inclusive, sobre o surgimento de novo risco.

O monitoramento contínuo é realizado de forma programada, objetiva e documentada, avaliando a metodologia empregada, os pontos de conformidade, os problemas e as suas causas identificadas. Os problemas identificados são priorizados e tratados por meio da elaboração de planos de ação, de forma a corrigir e melhorar a efetividade do programa.

Os resultados do monitoramento da mesma maneira serão direcionados para o aperfeiçoamento na prevenção, detecção e combate à ocorrência de atos lesivos contra a Administração Pública, previstos no art. 5º da Lei nº 12.846 de 2013.

A efetividade dos Pilares é ainda avaliada pela Auditoria Interna, de forma objetiva e independente, com vistas à contribuição para o fortalecimento e aprimoramento do Programa de Compliance.

Aderência às Diretrizes da PRSA

Nossos normativos estão aderentes às diretrizes da PRSA na medida em que visam à mitigação substancial da corrupção e do suborno em todas as suas formas mediante o desdobramento das ações previstas nos Pilares do Programa de Compliance BANPARÁ, dentre os quais:

- O Código de Ética e de Conduta, que é a principal ferramenta para disseminar os preceitos, diretrizes e valores institucionais que devem

nortear todas as práticas de relacionamento e de negócio do Banco em direção à ética, integridade e legalidade;

- Políticas de compliance, que instituem diretrizes objetivando a definição dos padrões éticos do Banco e a garantia da aderência às leis vigentes;
- Avaliação e gestão de risco de compliance, que visa prevenir, detectar e reportar o potencial descumprimento ou falha no cumprimento integral das obrigações de conformidade, otimizando o direcionamento de recursos para os riscos mais críticos baseado em métricas de priorização;
- O Tone at the Top, para que o BANPARÁ opere de maneira ética, íntegra e observando adequadamente as leis, normas e procedimentos internos e externos e, desta forma, haja a minimização de possíveis condutas antiéticas e danos à reputação do Banco;
- O Programa de Compliance, que recebe apoio visível e inequívoco da Alta Administração;
- O Canal de Denúncias, que se configura como uma importante ferramenta de compliance que contribui para a prevenção de desvios de comportamento, bem como para detecção de atos

em desacordo com as normas, permitindo a gestão da ocorrência, com objetivo de mitigar os riscos de corrupção e suborno;

- O Due Diligence, que se caracteriza por um processo de avaliação prévia na realização de negócios com fornecedores e parceiros abrangendo a análise da estrutura societária, situação financeira, levantamento do histórico de práticas comerciais antiéticas ou que envolva riscos de compliance;
- Investigações Internas, processo interno de averiguação de indícios de ilicitude relacionados às atividades da Instituição, ou seja, situações que envolvam irregularidades, fraudes e/ou transgressões ao Código de Ética e Conduta Institucional do BANPARÁ, assim como, aos demais normativos internos e dispositivos regulatórios e legais aplicáveis às atividades do Banco;
- Treinamento e Comunicação, que visa a disseminação da cultura de Compliance, indispensável para garantir concretização dos valores, normas, políticas e procedimentos na direção da ética e integridade e, conseqüentemente o cumprimento dos objetivos do Programa de Compliance.

Medidas anticorrupção

(GRI 102-16, 102-17, 205-3, 409-1; ODS 16.5, 16.6; Combate à corrupção)

Os comportamentos antiéticos ou ilegais podem acarretar em aplicações de medidas disciplinares, independentes do nível hierárquico, previstas no Regulamento Disciplinar de Conduta Funcional do BANPARÁ e no Regulamento de Pessoal do BANPARÁ. Caso a ocorrência resulte na necessidade de aplicação de medidas punitivas serão aplicadas penalidades conforme o caso.

Não tivemos casos de processo judicial relacionado à corrupção movido contra o Banco ou seus empregados, como também, não houve caso confirmado em que contratos com parceiros de negócios foram rescindidos ou não renovados em decorrência de violações relacionadas a casos de trabalho forçado ou análogo ao escravo.

Cultura de Compliance

(GRI 102-16, 102-17, 416-2; ODS 16.6)

A disseminação da cultura de compliance é indispensável para garantir concretização dos valores, normas, políticas e procedimentos na direção da ética e integridade e, consequentemente, o cumprimento dos objetivos do Programa de Compliance.

Por meio de instrumentos eficazes de comunicação, informação e treinamento aplicados, os empregados, a Alta Administração, os fornecedores e terceiros obtêm um conhecimento mais aprofundado dos assuntos de compliance, do Código de Ética e Conduta, bem como as normas internas e externas às quais estão sujeitos.

É incentivado o comprometimento dos gestores do Banco em multiplicar a cultura de compliance às suas equipes, cultivando a conduta individual e coletiva, pautada nas diretrizes da Instituição.

A Área de Compliance colabora com os gestores responsáveis no desenvolvimento de um programa de educação e treinamento bem desenvolvido, alinhado às diretrizes de Compliance. As abordagens sobre assuntos relacionados à compliance são reforçadas periodicamente ao público do BANPARÁ por meio de informativos, comunicados e notícias divulgadas nos sites da intranet.

O Banco não sofreu sanção ou apontamento por não conformidade legal ou com códigos voluntários em relação aos impactos na saúde e segurança causados por produtos e serviços.

Atuação de Auditoria Interna

A Auditoria Interna avalia os processos de gestão, nos aspectos relacionados à governança corporativa, gestão de riscos, controles internos e procedimentos de aderência às normas regulatórias, apontando eventuais desvios e vulnerabilidade às quais o Banco está sujeito, fazendo, quando necessário, as respectivas recomendações para a melhoria dos processos, visando agregar valor à Organização.

São investigadas ainda denúncias de fraudes e irregularidades e, quando constatados desvios de comportamentais éticos, fraudes e irregularidades envolvendo empregados, é instaurado processo administrativo disciplinar, que após concluída todas suas fases e instâncias, resulta em aplicação de penalidade disciplinar, incluindo, demissão por justa causa. Podendo ser adotadas medidas judiciais, em desfavor do empregado, a fim de ressarcir o prejuízo causado.

A atividade de auditoria dispõe de política institucional que é revisada anualmente e aprovada pelo Conselho de Administração do BANPARÁ. As diretrizes estabelecidas estão alinhadas à Resolução 4.879/2020 CMN, que dispõe sobre a atividade da Auditoria Interna nas Instituições Financeiras, e às Normas Internacionais para a Prática Profissional de Auditoria Interna. Dispõe, ainda, de código de ética e conduta, complementar ao da Organização, que estabelece o comportamento esperado dos Auditores Internos. Além disso, sempre é reforçado, por parte dos Auditores Internos, quando da realização de trabalho de auditoria, a importância de se manter comportamento ético por parte dos colaboradores.





É realizado um planejamento tri-anual, que visa desempenhar as atividades de forma alinhada ao Planejamento Estratégico do Banco. Os resultados dos trabalhos realizados, suas principais conclusões, recomendações e providências tomadas pela Administração são reportados periodicamente ao Comitê de Auditoria Estatutário e ao Conselho de Administração.

Com base nos princípios de Competência/Zelo Profissional e Qualidade/Melhoria Contínua, é fomentado e praticado o desenvolvimento contínuo do time de auditores com os conhecimentos necessários para a adequada realização dos trabalhos planejados. Assim como, com o objetivo de avaliar a qualidade da atividade de auditoria e identificar oportunidades de melhorias, são realizadas pesquisas de qualidade sempre ao final de cada trabalho. A partir das informações coletadas, são gerados indicadores visando o acompanhamento e aprimoramento dos processos da área.

Apuração Disciplinar e Conduta Funcional

(GRI 103-2, 103-3, 205-3, 406-1; ODS 16.5)

A apuração disciplinar possui natureza administrativa, não afastando eventuais apreciações judiciais, na esfera cível ou penal, bem como o ressarcimento de eventuais prejuízos causados pelo empregado que praticou a infração, seja ao Banco ou a terceiros, sem prejuízo da penalidade disciplinar cabível.

O Banco possui um Comitê Disciplinar que analisa a conduta funcional e gerencia questões disciplinares, assessorando a Presidência na tomada de decisão, como forma de combater e reduzir a corrupção, bem como preservar o cumprimento das normas internas e regime disciplinar.

Todos os casos são analisados de acordo com os fatos e provas indicadas no processo instaurado, e para a aplicação de penalidades são realizadas avaliações de acordo com a gravidade da conduta, para que seja gerado efeito não apenas punitivo como também pedagógico.

No ano de 2020 tivemos casos confirmados de corrupção por empregados do BANPARÁ. Quando configurada a quebra de fidúcia e as demais hipóteses previstas na CLT, é sugerida, em regra, a aplicação da

penalidade de demissão por justa causa.

Quanto constatada que se trata de fraude externa, e não existindo evidência ou prova de participação dolosa do empregado é realizada a gradação da penalidade, de acordo com a gravidade da conduta.

O Regulamento Disciplinar de Conduta Funcional é o normativo que rege esta prática no BANPARÁ e é aderente às diretrizes de responsabilidade socioambiental contidas na PRSA, assim como os parâmetros descritos no Código de Ética e Conduta Institucional do Banco.

A saber, não foram registrados casos de discriminação, incluindo situações de assédios.

Objetivos para 2021

- Reconhecimento do BANPARÁ como Empresa Pró Ética, por meio da aprovação no Programa Ética pela Controladoria Geral da União – CGU;
- O reconhecimento do público do comprometimento do Banco com a prevenção e combate à corrupção, possibilidade de publicidade positiva para a Instituição com a utilização da marca Pró Ética e ainda a avaliação do Programa de Compliance com a análise detalhada das medidas implementadas;
- A manutenção da consonância do Programa de



Compliance BANPARÁ com as melhores práticas globais de compliance, mediante a constantemente reavaliação e adequação do Programa com vistas ao aprimoramento contínuo de sua estrutura de prevenção, detecção e remediação.

Compromisso com Iniciativas Externas

O BANPARÁ é signatário da FEBRABAN e, portanto, está sujeito aos normativos desta federação. Desta forma, no tocante a políticas e compromissos assumidos está a aderência ao Normativo SARB nº 21/2019 – Programa de Integridade para Prevenção à Corrupção e a Outros Atos Lesivos à Administração Pública Nacional ou Estrangeira.

Reforçamos o compromisso com a excelência na observância dos padrões mais elevados de conduta estabelecidos às instituições financeiras, assim como a busca pelo aperfeiçoamento do sistema financeiro, a melhoria contínua dos produtos e serviços ofertados à população e a redução dos níveis de risco e conquistamos

os selos FEBRABAN: Socioambiental e Prevenção à Ilícitos. A governança de dados no BANPARÁ tem o propósito de coordenar, orientar e definir regras para a criação, coleta e uso dos dados, visando proteger e garantir a segurança na geração, armazenamento e monitoramento de dados no ambiente corporativo. Desta forma, estruturas, controles e políticas são definidos para garantir o adequado estabelecimento da cultura organizacional dos dados:

- Publicação de aviso circular interno contendo diretrizes para descarte adequado e seguro de documentos;
- Publicação da Política de Dispositivos Eletrônicos e Byod;
- Implantação do Formulário de Tratamento de Dados Pessoais, de forma a mitigar os riscos nos relacionamentos com terceiros;
- Publicação da Política de Governança de Dados, visando regulamentar o tratamento de dados pessoais de clientes, terceiros e empregados por parte do Banco;
- Realização de diversos treinamentos, capacitações e ações de comunicação a respeito da LGPD – Lei Geral de Proteção de Dados, por meio do uso do aplicativo e portal da LGPD.

Iniciativas para Proteção de Dados (GRI 418-1)



Gestão dos Riscos

(GRI 102-11, 102-12, 102-13, 102-33, 102-34, 103-2, 103-3, 307-1, 419-1; ODS 8; Gestão de Riscos)



Governança e Gerenciamento de Risco Socioambiental

O BANPARÁ possui uma estrutura de governança responsável a dar tratamento às questões socioambientais, proporcionalmente à exposição e à declaração de apetite a risco do Banco:

- Diretoria Comercial e Fomento

I – Superintendência de Desenvolvimento Econômico e Social – Gerência de Responsabilidade Socioambiental (Elaborar, gerenciar e aprimorar as diretrizes definidas na PRSA; elaborar, implementar e acompanhar as ações da PRSA em conjunto com outras áreas do Banco, com revisão periódica de processos, procedimentos e práticas que possam causar impacto socioambiental nas atividades internas do Banco).

- Diretoria de Controle, Risco e RI

I – Superintendência de Gestão de Risco Operacional – Gerência de Risco Operacional e Continuidade de Negócios (Mitigar a possibilidade de ocorrência de perdas causadas por falha operacional e garantir a continuidade dos negócios).

II – Superintendência de Gestão de Risco Financeiro – Gerências de Risco de Crédito Especializado e Risco de Crédito Pessoa Física (Mitigar a possibilidade de ocorrência de perdas relacionadas a riscos financeiro e socioambiental e ao gerenciamento de capital).





À estrutura de governança de risco e responsabilidade socioambiental compete:

- Assegurar a aderência e a integração da PRSA com as demais políticas do Banco;
- Estabelecer critérios e processos para verificar periodicamente a aderência das áreas internas do Banco às regras da PRSA;
- Verificar a adequação do gerenciamento do risco socioambiental estabelecido na PRSA;
- Monitorar o cumprimento das ações de implementação da PRSA;
- Assegurar que as operações financeiras e o relacionamento com terceiros observem o cumprimento da legislação ambiental e trabalhista, especialmente relativa à inexistência de trabalho análogo ao escravo ou infantil; dentre outros mecanismos para mitigação dos riscos socioambientais.



Gestão de Riscos Financeiros e de Capital

A gestão do risco financeiro e de capital, bem como o gerenciamento contínuo e integrado de riscos são desenvolvidos de acordo com as recomendações do Comitê de Basileia, alinhado às boas práticas de mercado e normas internas e externas, utilizando como parâmetro o contínuo aprimoramento dos processos, das políticas e dos sistemas informatizados, visando gerar informações sistematizadas que servirão de base à identificação, avaliação, mensuração, mitigação e monitoramento dos diversos riscos organizacionais, em convergência aos seus objetivos estratégicos. A estrutura de governança para tal envolve:

- Núcleo de Controle Interno e de Compliance

Visa assegurar, em conjunto com as demais áreas, a adequação, fortalecimento e funcionamento do Sistema de Controles Internos, da função do Compliance e da Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Anticorrupção, objetivando mitigar os riscos, bem como disseminar a cultura de controles para assegurar o cumprimento de leis

e regulamentos existentes.

- Superintendência de Gestão de Risco Operacional

Visa mitigar a possibilidade de ocorrência de perdas causadas por falha operacional e garantir a continuidade dos negócios.

- Superintendência de Gestão de Risco Financeiro

Visa mitigar a possibilidade de ocorrência de perdas relacionadas a riscos financeiro e socioambiental e ao gerenciamento de capital.

Risco de Mercado

O gerenciamento de risco de mercado é realizado por um conjunto de áreas administrativas/estratégicas do Banco, por meio de procedimentos para medição, monitoramento e controle das exposições dos instrumentos sujeitos aos riscos de mercado, identificação prévia dos riscos inerentes às novas atividades e instrumentos financeiros, e análise tempestiva de suas adequações aos procedimentos e controles adotados, bem como realização de teste de estresse, cujos resultados sejam considerados no

estabelecimento ou revisão das políticas e limites para adequação de capital.

Risco de Liquidez

O gerenciamento de risco de liquidez prevê políticas, estratégias e processos que busquem identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos, em diferentes horizontes de tempo, inclusive intradia, em situações normais e de estresse, contemplando avaliação diária das operações, assim como eventuais impactos na condição de liquidez do BANPARÁ, por meio de cenários prospectivos aos riscos. Também, prevê o Plano de Contingência de Liquidez, documento que estabelece uma sequência de fases corretivas que devem ser colocadas em prática caso ocorra uma situação de estresse de liquidez. Este plano descreve as fontes de contingências de liquidez do BANPARÁ.

Risco de Crédito

O BANPARÁ utiliza no processo de concessão de

crédito para classificação do nível de risco de seus clientes, pessoa física e jurídica, a análise objetiva, pautada em modelos internos de avaliação de risco de crédito e, caso necessário, análise subjetiva realizada pelo núcleo de análise ou comitês de crédito, conforme limites estabelecidos por alçadas decisórias. Ambas consideram as informações cadastrais e comportamentais dos clientes, atualizadas, sendo que a análise objetiva é feita automaticamente com base em parâmetros objetivos e indicando a classe de rating equivalente.

O controle e o acompanhamento ocorrem por meio do monitoramento de indicadores de concentração, atraso, inadimplência, perda realizada, esperada e inesperada, provisão e exigência de capital regulatório e econômico, em diversas granularidades e segmentações, possibilitando, a partir da informação de cada contrato, ampla visão do perfil das exposições, por tomador, operação, segmentos da carteira e setor de atividade, entre outros, permitindo assim, evidenciar situações de risco de crédito relevantes para implantação de controles e adequação de normas e políticas internas.

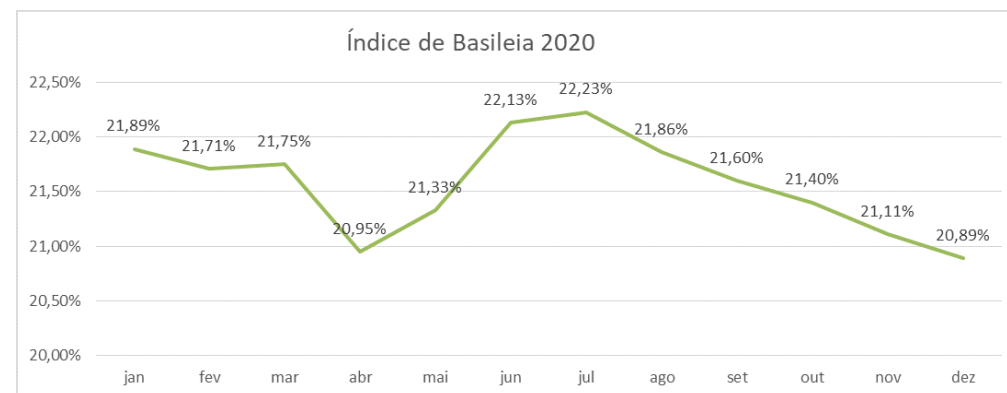
Gerenciamento de Capital

O BANPARÁ realiza o monitoramento e controle de capital adotando uma postura prospectiva, de forma a antever cenários e antecipar a necessidade de capital, em função de possíveis mudanças nas condições de mercado e/ou estratégias de negócio, permitindo assim, um gerenciamento contínuo e integrado do capital, atendendo aos órgãos reguladores. Buscando esse objetivo, o gerenciamento de capital do BANPARÁ mantém uma equipe profissional com conhecimento, capacidade e experiência necessários para trabalhar os elementos abrangidos pela gestão do capital, tais como:

- Monitoramento do Patrimônio de Referência – PR e do montante dos Ativos Ponderados pelo Risco – RWA;
- Os impactos das oscilações das parcelas de RWA no Índice de Basileia e no Plano de Capital;
- O acompanhamento e compatibilização do Planejamento Estratégico com a suficiência de capital do Banco;

- A realização de simulações que impactem no capital (testes de estresse) e quando da prospecção de novos produtos e/ou alteração de regra de negócio;
- A elaboração e revisão do Plano de Capital do Banpará para o horizonte de cinco anos; e
- Os reportes do processo de gerenciamento de capital aos Órgãos de Governança da Instituição, que são realizados mensalmente ou tempestivamente.

Acompanhamento do Índice de Basileia – IB:



Em dezembro de 2020, para o cálculo de capital mínimo do BANPARÁ considera-se o requerimento mínimo de Patrimônio de Referência de 8% e o



ACPConservação de 1,25% (conforme Resolução BACEN nº 4.783/2020), onde a soma dos dois fatores relacionados compõe o requerimento mínimo do Índice de Basileia de 9,25%, definido pelo BACEN.

Para fins gerenciais, o BANPARÁ definiu na Declaração de Apetite por Riscos o limite gerencial mínimo de 15% de IB, e como acionador das contingências de capital o IB de 14,99%. Comparado a 2019, o índice apresentou uma variação de -6,74%.

Gestão de Capital - R\$ milhões		
	2020	2019
Patrimônio de Referência	1.343	1.246
PR Nível I	1.343	1.246
PR Nível II	-	-
Índice de Basileia	20,89%	22,40%



Gestão do Risco Operacional

(GRI 102-11, 102-12, 102-13, 102-33, 102-34, 103-2, 103-3, 205-1)

Em 2020 a área de risco operacional realizou o monitoramento dos riscos socioambientais inerentes aos processos de contratação dos fornecedores, bem como monitorou as perdas a fim de identificar as falhas que estão ocorrendo e gerando impactos financeiros.

Comunicação de preocupações críticas

Nenhuma situação relevante foi levantada pela área de risco operacional que necessitasse ser comunicada à Alta Administração, entretanto é adotado como rotina reportar ao Comitê de Controles Internos e Risco Operacional, à Diretoria de Controle, Risco e RI e ao Conselho de Administração as preocupações, os riscos identificados que se materializaram em perdas e as medidas tomadas para minimizar os impactos.

Iniciativas e Resultados para Mitigação de Riscos Socioambientais

(GRI 103-2, 103-3, 205-1, 408-1, 409-1; ODS 8.7, 16.2; Riscos em decorrência de mudanças climáticas)

- Desenvolvimento e implantação de modelo de avaliação, classificação e monitoramento de risco socioambiental pautado em quadrantes de compliance e governança socioambiental. Iniciativas externas como Protocolo Verde e Princípios do Equador impactaram diretamente na construção de modelo de avaliação de risco socioambiental para as operações de crédito da carteira de pessoa jurídica.
- Considerando as operações de crédito submetidas a avaliação de risco socioambiental, temos com data base dezembro de 2020: 53% das operações de crédito foram submetidas a avaliação de risco socioambiental em termos de quantidade absoluta. Das 47% restantes, 77% são operações que ocorreram antes do início das avaliações de risco



socioambiental. Quando considerado o volume de crédito, 68% desse volume tem avaliação. Dos 32% do volume restante, 60% são referentes às operações que ocorreram antes do início das avaliações de risco socioambiental. Considerando percentual relacionado à corrupção, até o momento não foram encontrados em nossos registros operações com este indicativo.

- Pesquisas socioambientais realizadas em relação a informações públicas dos clientes:
 - a) Licenças ambientais;
 - b) Embargos;
 - c) Multas ambientais;
 - d) Regularidade trabalhista, medidas para mitigar o risco de trabalho forçado e trabalho infantil nas operações de crédito;
 - e) Certificação de selos verdes;
 - f) Cadastro Técnico Federal (CTF) do IBAMA, para atestar atividades potencialmente poluidoras e utilizadoras de recursos naturais;
 - g) Outros.
- Aderência das políticas e demais normativos às diretrizes da PRSA.

- Mitigação de riscos socioambientais na gestão dos projetos, na qual destacamos a realização de análise prévia dos riscos socioambientais. Assumindo o compromisso de aderência à PRSA, estrategicamente, o escopo do projeto é remetido para validação junto as áreas de risco.
- Verificações de regularidade e idoneidade no relacionamento com terceiros:
 - a) Embargos e multas ambientais;
 - b) Regularidade trabalhista, trabalho escravo e infantil;
 - c) Regularidade em Saúde e Segurança do Trabalho;
 - d) Reputação e envolvimento com corrupção e lavagem de dinheiro, além de monitorar as mídias sociais, visando levantar informações que possam indicar infrações ou desconformidades com o praticado pelo BANPARÁ;
 - f) Medidas específicas para tratamento de dados e referente a partes relacionadas;
 - g) Outros.

- Definição em normativo interno das rotinas para avaliação do risco socioambiental dos fornecedores:
 - a) Solicitação de documentações que comprovem a regularidade quanto as questões trabalhistas e ambientais;
 - b) Preenchimento de questionário pelo fornecedor no momento da contratação para avaliação dos riscos.
- Definição dos eventos de perdas socioambientais que serão avaliadas e monitoradas a fim de minimizar os riscos socioambientais.
- Divulgação da Política de Relacionamento com Terceiros, a qual estabelece diretrizes para mitigação dos riscos relacionados a fornecedores e prestadores de serviços.

- a) Não identificamos nenhuma perda socioambiental relativa ao crédito.
- b) Não recebemos multas por não conformidade com leis e/ou regulamentos de cunho socioambiental relacionados ao crédito.
- c) Não identificamos casos de trabalho infantil, forçado ou análogo ao escravo.





Monitoramento da eficácia dos processos

A eficácia dos processos da gestão de riscos é verificada pelo controle interno do BANPARÁ, por meio das avaliações presenciais, bem como, autoavaliações periódicas, cujas fragilidades identificadas geram contramedidas, os planos de ação. É realizada avaliação periodicamente pela Auditoria Interna, onde processos de gestão são avaliados de forma objetiva e criteriosa, considerando as estratégias, objetivos e riscos do negócio.

Ações para 2022 e anos seguintes

- Incorporar critérios relativos à mitigação de riscos em decorrência de mudanças climáticas na gestão de riscos socioambientais.
- Adotar procedimentos específicos para o monitoramento e gerenciamento de riscos associados à imagem e reputação.
- Implantar sistema informatizado para avaliação e monitoramento dos riscos socioambientais.
- No âmbito do risco operacional:

a) Implantação de ferramenta para monitoramento dos fornecedores;

b) Implantação de metodologia para avaliação e mensuração dos riscos socioambientais dos processos do BANPARÁ, em estudo;

c) Adequação das políticas, manuais e processos à Resolução BACEN nº 4.943, de 15/9/2021 no que se refere ao risco social, ambiental e climático.



Compromisso com iniciativas externas

Participamos das Comissões FEBRABAN:

- a)** Subcomissão de Prevenção e Combate à Fraude;
- b)** Comissão Executiva de Gestão de Riscos;
- c)** Comissão Executiva de Tratamento de Dados;
- d)** Comissão Setorial de Responsabilidade Social e Sustentabilidade.

Endossamos a necessidade de atendimento, principalmente:

- a)** Normativo SARB nº 14, de 28/08/2014 da FEBRABAN;
- b)** Princípios do Equador (usados como referência no desenvolvimento de modelo de avaliação de risco socioambiental para as operações de crédito da carteira de Pessoa Jurídica);
- c)** Protocolo Verde (usado como referência no desenvolvimento de modelo de avaliação de risco socioambiental para as operações de crédito da carteira de Pessoa Jurídica);

- d)** Resolução BACEN nº 4.327, de 25/04/2014;
- e)** Resolução BACEN nº 4.557, de 23/02/2017;
- f)** Resolução BACEN nº 4.943, de 15/09/2021;
- g)** Resolução COEMA nº 120, de 28/10/2015;
- h)** Resolução CONAMA nº 237, de 19/12/1997;
- i)** Resolução CERH nº 09, de 23/01/1986.

Mitigação dos Riscos Ligados à Inadimplência e ao Endividamento

(GRI 103-2, 103-3; Educação Financeira; ODS 1,4, 8,10, 16,6)

Dentre as iniciativas voltadas para educação financeira de clientes e mitigação dos riscos ligados à inadimplência e ao endividamento, destacamos:

- Atualização da Cartilha de Educação Financeira;
- Lançamento das Campanhas PF e PJ de renegociação com descontos de até 80%;



- Credenciamento de Escritórios de Cobrança para representarem o BANPARÁ e facilitarem o atendimento remoto dos clientes.

O objetivo do Banco é a otimização dos processos, para ofertar maior acessibilidade ao cliente, permitindo que as negociações sejam realizadas por meio de canais alternativos.

Resultados

Apesar de 2020 ter sido um ano atípico e desafiador, considerando a pandemia da COVID-19 foram obtidos resultados positivos com a recuperação do crédito:

- Crescimento de 7,26% comparado ao ano anterior.
- Em dezembro de 2020 a inadimplência da carteira PJ e PF foi de 2,27% e 1,61% respectivamente. Mediante o cenário nacional, a média de inadimplência do BANPARÁ é considerada muito satisfatória.

Mitigação de Riscos Ligados à Segurança Bancária

(GRI 103-2, 103-3, 203-1)

Para priorizar a segurança de empregados e clientes nas unidades do BANPARÁ, adquirimos fechaduras eletrônicas de retardo utilizando acesso biométrico como forma mais segura de acesso aos cofres. Seguindo na mesma linha, estamos realizando processo de contratação de central de monitoramento para elevar a eficiência da pronta resposta a contra-ataques e práticas ilícitas dentro das unidades do BANPARÁ e melhor atuação preventiva.

Mecanismos de Relacionamento

(GRI 102-42, 102-44, 103-2, 103-3, 205-2; ODS 16.5; Combate à corrupção, Inovação Tecnológica)

Canais Digitais

Os serviços financeiros vêm se aprimorando para acompanhar as demandas dos clientes em relação à comodidade, conveniência e diversidade de serviços para início e manutenção de relacionamentos. Nesse sentido, o Banco tem desenvolvido soluções que visam apoiar os seus clientes, adaptando o seu portfólio àquilo que o cliente espera.

Primamos pela transparência no reporte das demandas e clareza na divulgação dos novos produtos e serviços pelos canais eletrônicos.

Realizamos o acompanhamento dos índices de satisfação de nossos clientes por meio das redes sociais, das lojas de aplicativos e demandas abertas via SAC, Ouvidoria, entre outros. Esses feedbacks são norteadores internos para desenvolvimento e melhorias de produtos e/ou serviços em nossos canais.

A Política de Responsabilidade Socioambiental prevê o cuidado e monitoramento quanto à ética e prevenção à lavagem de dinheiro e corrupção, no que se refere ao relacionamento com terceiros, visando combater tais práticas e mitigar riscos reputacionais e de imagem.



Compromissos assumidos

- Atender aos clientes e usuários dos canais de relacionamento de forma eficaz, zelando pela presteza, cortesia, ética e transparência nas ações;
- Fidelizar os usuários dos canais de relacionamento, satisfazendo suas expectativas quanto à gestão dos serviços bancários;
- Disponibilizar aos usuários tecnologias que permitam realizar o gerenciamento e operação de sua conta, de forma fácil, ágil e que gere uma experiência positiva quanto aos serviços prestados pelo BANPARÁ;
- Consolidar-se como um banco moderno e aderente ao mundo digital;
- Tratar com o cliente de forma responsável, respeitando os direitos do consumidor, as questões socioambientais e as boas práticas de mercado;
- Promover o acompanhamento e avaliação dos atendimentos prestados, com o intuito de manter a excelência no atendimento;
- Proporcionar melhorias nos requisitos de segurança a fim de resguardar o sigilo e integridade das

informações;

- Expandir a acessibilidade nos terminais de autoatendimento, bem como, nos canais digitais;
- Elevar a gama de serviços ofertados pelos canais.

Demandas via SAC

- Foram registradas 6574 reclamações e todas solucionadas.

Principais naturezas das reclamações

- Suspeita de fraudes eletrônicas;
- Pix;
- Problemas relacionados a produtos em geral.

Não foram detectados casos de corrupção por meio dos atendimentos nos canais digitais.

Medidas tomadas para tratar as queixas e reclamações

- Resolução das demandas no primeiro momento do atendimento, tempestivamente;
- Para os casos em que a solução não for possível de forma imediata a demanda é direcionada para área técnica enfatizando o prazo de retorno ao SAC em até cinco dias úteis, conforme Decreto nº 6.523/2008;



- Reuniões com às áreas gestoras responsáveis, visando a criação de planos de ação para melhorar as entregas dos serviços e produtos prestados pelo Banco.

Principais resultados

■ Central de Atendimento

- a) Crescimento de 7% de ligações atendidas no canal (162.584 ligações);
- b) Incremento de 19% no volume de transações realizadas (107.970 transações); e
- c) O índice de satisfação no atendimento personalizado da Central BANPARÁ alcançou 96%.

■ Canais Digitais

- a) Crescimento de 104% do volume financeiro e de 235% no número de transações realizadas nos Canais Digitais PF;
- b) Aumento de 31% no número de usuários dos Canais Digitais;
- c) Aumento de 29% no número de usuários do Mobile Banking e de 282% nas transações

realizadas no canal;

d) Atualização tecnológica do Mobile Banking PF, ofertando um canal mais seguro e moderno, facilitando ainda mais o dia a dia dos nossos clientes;

e) Entrega do Mobile Banking PJ; e

f) Ampliação dos serviços ofertados via Canais Digitais.

■ Rede de Autoatendimento

a) Atendimento via Rede Compartilhada Saque e Pague e Banco 24 Horas, em mais 25 mil pontos;

b) Parque próprio composto por 1009 caixas eletrônicos instalados no estado do Pará;

c) Inclusão das transações com Cartão Múltiplo; e

d) Otimização do tempo gasto na realização das transações por meio da retirada da senha silábica para cartões com chip.



- Implantação do novo CRM 3.0.
- Expansão da Acessibilidade: O BANPARÁ adequou parte do parque tecnológico de acordo com as Normas da ABNT NBM 15250, Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) movidos pelos Ministérios Públicos Federal de São Paulo e de Minas Gerais e as recomendações da FEBRABAN.

Mecanismos de monitoramento da eficácia dos processos

- Realizamos reuniões periódicas de monitoramento e controle, para promover o alinhamento das expectativas, acompanhamento de cronogramas de entrega e avaliação das estratégias.
- Avaliamos regularmente os índices de disponibilidade dos canais, análise dos incidentes envolvidos, e formulação de planos de ação para execução de tarefas no intuito do alcance dos níveis de serviços acordados.
- Utilizamos a prática de feedbacks na Central de Atendimento e no SAC, com base em três critérios no processo:
 - a) O critério objetivo: Indicadores que servem de parâmetro para os atendimentos do canal

(tempo médio de atendimento; tempo médio de encerramento; tempo logado; tempo de pausa; e acompanhamento das campanhas ativas de vendas de produtos e serviços);

b) O critério subjetivo: Avaliação dos áudios das gravações dos atendimentos;

c) Pesquisa de satisfação, pela qual os usuários avaliam o canal e os agentes de atendimento. Os resultados apresentados são discutidos com os empregados durante o processo de feedback, com o objetivo de controle e melhora contínua da qualidade de atendimento.

Pesquisa de Satisfação 2020

- Central de Atendimento
 - a) Do canal: 86% do total de 42.519 avaliações;
 - b) Do atendimento: 96% do total de 41.630 avaliações.
- SAC – Metodologia FEBRABAN URA SAC
 - a) Do canal: 87,7% do total de 17.565 avaliações;
 - b) Do atendimento: 93,3% do total de 16.891 avaliações.



Objetivos para 2021-2022

- Melhorias no atendimento dispondo de um meio digital mais eficiente;
- Melhorar cada vez mais o índice de satisfação dos nossos clientes e disponibilizar um maior número de produtos e serviços nos canais;
- Implantação do token eletrônico.

Ouvidoria

(GRI 103-2, 103-3, 418-1; ODS 16)

Iniciativas para administrar conflitos e garantir a qualidade do relacionamento

- Melhoria na qualidade das respostas e em menor tempo que o estabelecido pelos canais e resoluções;
- Efetivação de ligações para o cliente/usuário, a fim de melhor entender o que de fato eles desejam.

Pontos de Melhoria e Compromissos

- Aprimoramento do Sistema de Atendimento da Ouvidoria (CRM), objetivando melhor controle das informações no atendimento aos clientes e usuários dos produtos e serviços ofertados pelo BANPARÁ;

- Clareza nas respostas às reclamações;
- Capacitação de todos os empregados que atuam no atendimento aos clientes e usuários;
- Atuação de maneira contínua e responsável no atendimento e anseios dos clientes e usuários;
- Redução das demandas registradas em 2ª instância de atendimento;
- Manutenção do atendimento de 50% das demandas registradas em até cinco dias úteis.

Diagnóstico de Relacionamento - Ouvidoria

(GRI 205-2, 418-1; ODS 16.5)

- *Reclamações Registradas:* 706
- *Procedentes solucionadas:* 176
- *Improcedentes:* 530
- *Solucionadas em 2020, mas registradas em 2019:* 3
- *Principais demandas tratadas:* Questões de atendimento em agências, conta corrente, cartão de crédito, fraudes eletrônicas e renegociação de dívida.





O BANPARÁ emprega mecanismos para proteger a privacidade de nossos clientes, por meio da utilização do Sistema de Gestão de Demandas da Ouvidoria (Bank Suite), realizando o tratamento do assunto e dos dados do cliente de forma confidencial, com a inserção de respostas/esclarecimentos pelas áreas gestoras dos produtos, objetos das demandas, apenas entre as áreas necessárias para o atendimento, em cumprimento da Lei nº 13.709 (LGPD), bem como participação em treinamentos.

Não foi identificado nenhum caso de corrupção nas demandas de Ouvidoria, e nem identificamos vazamento, furto ou perda de dados de clientes ou reclamações relativas à violação de privacidade, tanto recebidas de partes externas, quanto de agências reguladoras.



Inovação Tecnológica

(GRI 102-43, 102-44, 103-2, 103-3, 203-1, 302-4, 306-2, 418-1; ODS 16.6; Inovação Tecnológica, Combate à corrupção)



O Banco, por meio da área de Governança de TI tem atuado na prospecção, definição, padronização e documentação de modelos de soluções de arquitetura em TI, contribuindo na evolução e inovação das soluções tecnológicas existentes.

Melhorias nos processos e iniciativas para inovação

- Implantação de 18 normativos internos, entre manuais de procedimentos e políticas específicas para inovação;
- Voltados para proteção de dados, a publicação de aviso circular interno com instruções direcionadas ao descarte adequado de documentos, Política de Dispositivos Eletrônicos e Byod, Formulário de Tratamento de Dados Pessoais, Política de Governança de Dados, realização de diversos treinamentos, capacitações e ações de comunicação a respeito da LGPD, por meio do uso de aplicativo e portal da LGPD. No período, não houve evidências de vazamento de dados pessoais;
- Uma de nossas estratégias para a melhoria contínua dos sistemas de TI do BANPARÁ é realizada por meio de análises técnicas nos itens de configuração que compõem a aplicação (banco de dados, servidor, sistemas, e etc.), onde é verificado performance, vida útil, tecnologia, entre outros parâmetros. Tudo voltado para a inovação tecnológica;
- Adoção de tecnologias mais modernas para disponibilização aos clientes;
- Portal de Assinatura Certisign, ferramenta de prototipação de sistemas;
- Possibilidade de iniciar projetos de inovação fora do ambiente de produção, permitindo atuar sem os impactos do dia a dia e construir relacionamentos com empresas e instituições em ecossistema de inovação;

- Implantação da ferramenta de colaboração Microsoft Teams para todo o Banco, o que possibilitou o trabalho em home office dos empregados de grupo de risco, no período da pandemia da COVID-19. Esta medida, possibilitou, dentre outros benefícios, a propagação de reuniões on-line (medida antes pouco adotada no Banco, o que dispndia custos de transporte e atrasos em reuniões presenciais);
- Suporte no plano de expansão das agências, realizando instalações de telefonia, rede de comunicação e equipamentos de TI.

Todos os manuais, políticas e normas publicadas pela TI visam garantir uma tecnologia otimizada e sustentável, têm por objetivo avaliar, planejar, gerir e controlar os recursos e processos de Tecnologia da Informação de maneira que viabilizem o alinhamento com o negócio proposto no Planejamento Estratégico. Entre os nossos princípios e diretrizes, é determinado que as soluções devem possuir a faculdade do aperfeiçoamento contínuo, de forma que o BANPARÁ possa contar sempre com recursos e serviços atualizados e eficazes. A adoção de soluções de TI deve considerar a cultura e os valores do BANPARÁ. Nesse sentido, promovemos o desenvolvimento efetivo das

equipes, assim como a construção de clima organizacional integrado e motivador. As soluções de TI detêm a característica de contribuir para o crescimento e o desenvolvimento da comunicação efetiva entre o BANPARÁ e a sociedade.

Metas e objetivos

As metas da TI estão definidas, aprovadas e publicadas no Plano Diretor de Tecnologia da Informação 2020–2024, as quais são acompanhadas mensalmente pela Alta Administração, assim como pelo Comitê de Planejamento.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	AÇÕES ESTRATÉGICAS 2020–2024
Fomentar inovação e agilidade no BANPARÁ	Implantação do Laboratório de Inovação do BANPARÁ
	Implantação da escola de agilidade da TI
Modernizar a Arquitetura Tecnológica	Definição de Arquiteturas de Referência
	Planejar e implantar a infraestrutura da nova arquitetura
	Atualização tecnológica dos sistemas e infraestrutura considerando a nova arquitetura
	Padronizar os serviços de infraestrutura
Estruturar o Gerenciamento de Serviços de TI	Desenvolvimento de Modelo de Gerenciamento de Serviços de TI
Estruturar a governança de TI	Implantar o sistema de ações de governança de TI
	Prover transparência e controle do orçamento otimizando os custos de tecnologia
	Incorporar princípios de gestão de riscos e compliance à Governança de TI
	Manter informações de alta qualidade para apoiar decisões corporativas promovendo a cultura de negócios orientada a dados



Monitoramento da eficácia dos processos

Todo e qualquer processo de TI é passível de avaliação de conformidade, na qual é verificada a aderência da operacionalização do processo em comparação à sua forma publicada e regulada em instrumento normativo. A avaliação de conformidade é baseada em critérios objetivos, de forma clara e transparente e apoiada em Sistema de Avaliação de Desempenho baseado em modelo matemático, obedecendo a “abordagem funcional”, com as etapas de Seleção, Determinação, Análise Crítica e Atestação, finalizada pela etapa de Supervisão. Destaca-se que a avaliação de conformidade é um fluxo de subprocessos previsto na ISO 17000 que descreve as etapas Seleção, Determinação, Análise Crítica e Atestação, que comprovam se os requisitos descritos nos normativos são atendidos. Outra etapa prevista no fluxo é a Supervisão, que mantém a melhoria dos processos descritos e analisados. Como saídas do processo de avaliação de conformidade, são elaborados documentos de avaliação de processos, nos quais são indicados os planos de ação para regularização de eventuais desvios, onde o monitoramento constante é efetuado.

Medidas que contribuíram para eficiência energética

Não foram implantadas ações específicas para abrandar os impactos dos recursos tecnológicos no meio ambiente. Entretanto, diversas iniciativas contribuíram para mitigar o aumento de energia e melhorar nossa eficiência energética:

- Iniciamos a implantação do Portal de Assinaturas Digitais, que vai permitir com que documentos sejam assinados digitalmente, evitando a impressão de papel e utilização de cartucho/toner.
- Dada a necessidade de reinvenção de nossas rotinas motivada pela pandemia da COVID-19, as ações focadas no regime de trabalho remoto, que procedeu o distanciamento social de nossos times, demonstraram significativo impacto na redução do uso das estações de trabalho e centrais de ar condicionado em algumas áreas. Esse novo cenário nos permitiu também uma redistribuição física das equipes e atividades, de modo a garantir maior eficiência no desenvolvimento das iniciativas.

- Para reduzir o consumo de energia elétrica e melhorar nossa eficiência energética, destacamos o Projeto de Desligamento Automático de ATMs em agências durante a noite/madrugada:
 - a) Desligamento programado de equipamentos de alguns data centers;
 - b) Readequação de carga de alguns sites (Municipalidade e Pvargas), buscando mitigar o risco da ineficiência do coeficiente elétrico dos sites;
 - c) Foram instalados novos quadros de energia do Edifício BANPARÁ para mitigar o aumento no consumo de energia e melhorar nossa eficiência energética.

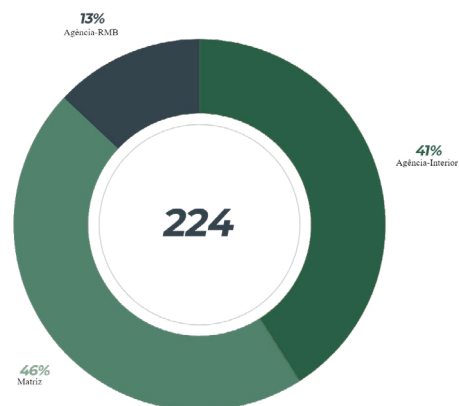
Outras medidas a longo prazo

- Contratação de empresa para fornecimento de novos data centers, visando otimizar o consumo de energia;
- Digitalização de todos os processos de TI que utilizam papel;
- Virtualização de ambientes para diminuição da utilização de computadores físicos;
- Diminuição da quantidade de empregados terceirizados alocados nas dependências do Banco.

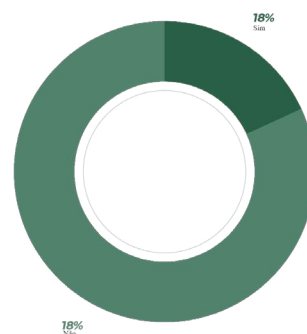
Pesquisa de Satisfação da TI

A pesquisa de Satisfação da TI contou com a participação de 405 empregados. Quando comparado ao ano anterior (pesquisa de satisfação 2019), houve um aumento de 39% no número de participantes. As perguntas efetivadas foram as mesmas realizadas no ano anterior, mais uma específica sobre o atendimento da TI na disponibilização da ferramenta Microsoft Teams durante o período de teletrabalho dos empregados que estavam sob esse regime, devido à quarentena da pandemia COVID-19.

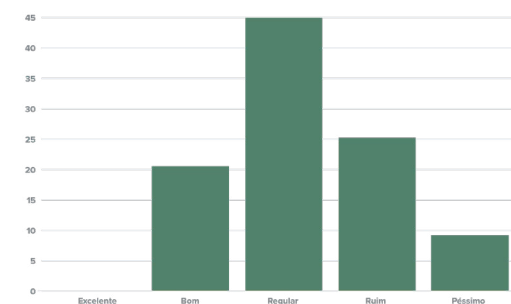
Lotação 2020



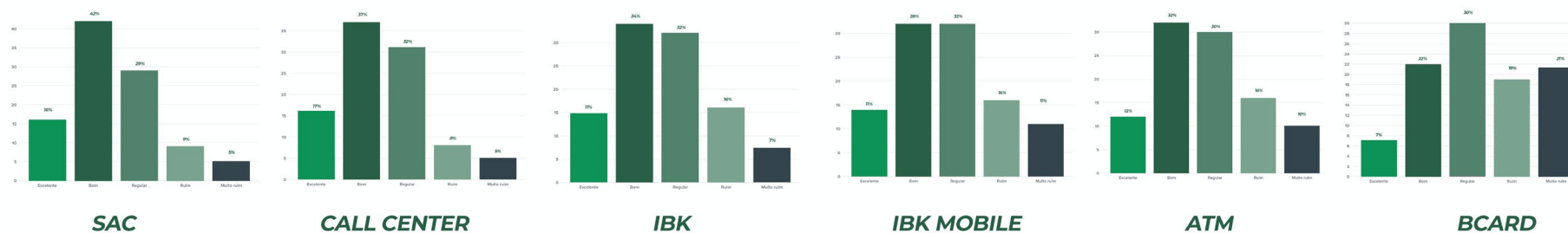
Você já solicitou um novo sistema ou a melhoria de um já existente?



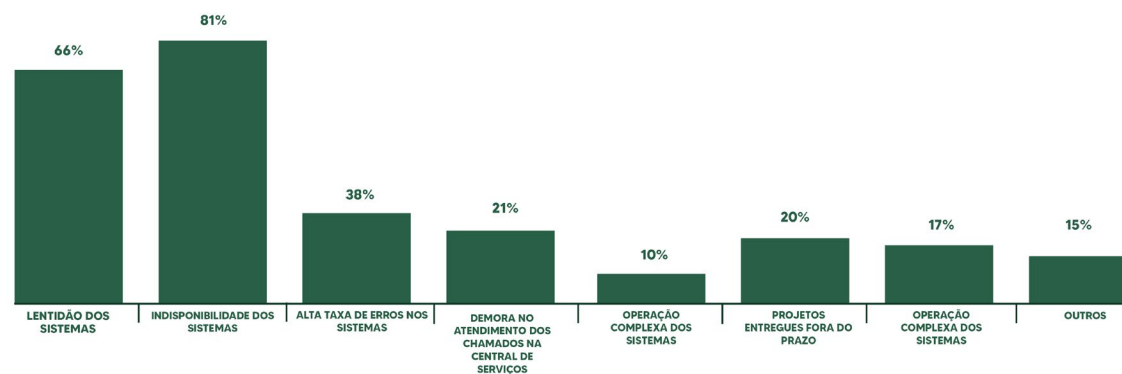
Como você avalia os sistemas mais utilizados?



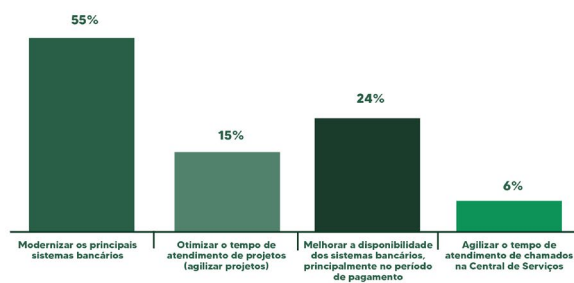
Como você avalia os canais de atendimento do banco?



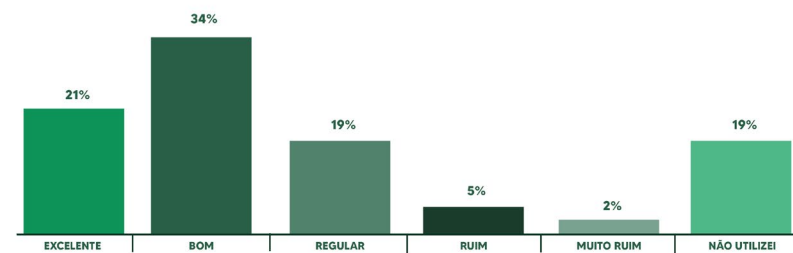
QUAIS OS PRINCIPAIS PROBLEMAS QUE VOCÊ IDENTIFICA NA ÁREA TECNOLOGIA DO BANCO



DENTRE AS OPÇÕES ABAIXO APRESENTADAS, QUAL DELAS VOCÊ CONSIDERA COMO SUGESTÃO DE MELHORIA MAIS IMPORTANTE NA TI DO BANPARÁ?



COMO VOCÊ AVALIA O ATENDIMENTO E CONTRIBUIÇÃO DA TI NA DISPONIBILIZAÇÃO DA FERRAMENTA DE TRABALHO REMOTO MICROSOFT TEAMS?



Gerenciamento Socioambiental

(GRI 102-10, 102-12, 102-13, 103-1, 103-2, 103-3, 205-1, 302-4, 305-1, 305-2, 305-4, 306-2, 408-1, 409-1; ODS 3.5, 7.2, 8.7, 12.2, 12.5, 13.3, 16.2; Combate à corrupção, Combate ao trabalho infantil e ao análogo a escravo)

Política de Responsabilidade Socioambiental – PRSA

O BANPARÁ insere a sustentabilidade nos negócios com o objetivo de aumentar sua capacidade de prosperar diante de um ambiente de negócios competitivo e dinâmico, alinhando suas atividades às tendências globais, principalmente em relação à conservação do meio ambiente reforçando nosso compromisso com a gestão ambiental.

Com base na Política de Responsabilidade Socioambiental – PRSA, o Banco busca contribuir para o desenvolvimento sustentável por meio de seus negócios e atividades, fortalecendo as nossas práticas e o relacionamento com os stakeholders, com vistas à mitigação dos riscos socioambientais envolvidos.

A PRSA do BANPARÁ é o instrumento de gestão integrada que estabelece princípios e diretrizes para gerenciamento de riscos e responsabilidade socioambiental das atividades e operações do Banco, e na relação com as partes interessadas, alinhados às Resoluções nº 4.327/2014 e nº 4.557/2017 do Conselho Monetário Nacional – CMN, bem como ao Normativo SARB nº 14/2014 da Federação Brasileira de Bancos – FEBRABAN.





Assim, como Banco Regional caminhamos em direção à transição para uma nova economia, mais alinhada aos desafios de desenvolvimento que enfrentamos, o que nos leva a incorporar aspectos sociais, ambientais e de governança na gestão de riscos e de oportunidades, a fim de garantir resultados positivos e geração de valor compartilhado, possibilitando uma melhor qualidade de vida aos cidadãos e incentivando a preservação ambiental.

Em 2020, continuamos expandindo nossa presença física no estado do Pará, com a abertura de novas agências. E como forma de reforçar nosso compromisso, buscamos desenvolver em todo corpo funcional uma cultura de consumo consciente dos recursos naturais, bem como de destinação correta de resíduos.

Apontamos a importância da sustentabilidade no desenvolvimento de infraestrutura e de tecnologia da informação, além de condicionar as obras e serviços de engenharia, executadas pelo Banco ou contratados, requisitos sustentáveis, a fim de gerar menos impactos nessas atividades.

Todos os processos de licitação e contratação contemplam condicionantes socioambientais, com as quais os parceiros devem se comprometer, a fim de mitigar os riscos de danos sociais, ao meio ambiente e à reputação do Banco.

Promovemos ações que visam o uso eficiente e o consumo responsável de água, energia e demais recursos naturais e materiais, dessa forma esperamos que nossos fornecedores e prestadores de serviço atuem com os mesmos preceitos, respeitando o meio ambiente no desenvolvimento das atividades, produtos e serviços, como forma de contribuir para a conservação dos recursos naturais.

Metas e objetivos

Visando a implementação da PRSA atualizamos o Plano de Ação para 2021/2022. Dentre as ações estratégicas para esse período, destacamos:

- Inclusão das partes interessadas nas próximas revisões da PRSA;
- Implantação de sistema informatizado que inclua ações e indicadores de responsabilidade socioambiental;
- Alinhamento estratégico com as ações de responsabilidade socioambiental e com o ODS;
- Estruturar programas de treinamentos e de comunicação sobre riscos e responsabilidade socioambiental;
- Implantar a Agenda ASG, que permita a estruturação e o acompanhamento das ações e projetos com aspectos sociais, ambientais, incluindo climáticos, e de governança, voltados inclusive para inovação e Bioeconomia;
- Otimizar a gestão dos relatórios de sustentabilidade, incluindo nesse processo a verificação externa;
- Desenvolver estudo de impacto e viabilidade

quanto à implantação de inventário de emissões de gases de efeito estufa;

- Implantar o Plano de Gestão de Resíduos Sólidos, em aderência à Lei nº 12.305/2010;
- Desenvolver estudo de impacto e viabilidade quanto à implantação de sistema de eficiência energética;
- Implantar o produto com condicionantes e critérios de sustentabilidade, como o CDB Verde e financiamento para energia solar;
- Inserir para as contratações de obras de engenharia a exigência do Certificado de Destinação de Resíduos, visando mitigar impactos do descarte incorreto de resíduos da construção civil.

Compromissos Assumidos

- Como signatários da FEBRABAN somos aderentes ao Normativo SARB nº 14/2014, que institui a criação e implementação da Política de Responsabilidade Socioambiental, e formaliza diretrizes e procedimentos fundamentais para as práticas socioambientais dos seus signatários nos negócios e na relação com as partes interessadas.
- Estamos engajados na inclusão da Agenda 2030 da ONU, a fim de corroborar com os Objetivos de



Desenvolvimento Sustentável.

- Comprometidos com as políticas públicas do Estado, somos participantes do Programa de Governo Territórios Sustentáveis – TS, que visa:

- a)** Aumentar a produtividade por meio da assistência técnica, extensão rural e inovação tecnológica para o campo;
- b)** Gerar trabalho e renda a partir da valorização dos produtos e subprodutos da biodiversidade amazônica;
- c)** Promover medidas para o desenvolvimento sustentável e climático, considerando impactos nos direitos humanos, combatendo o trabalho infantil e análogo ao de escravo;
- d)** Promover ordenamento territorial e regularização ambiental como incentivo ao desenvolvimento rural sustentável;
- e)** Incentivar a produção e o consumo em bases sustentáveis;
- f)** Viabilizar ambiente seguro de negócios e de crédito, favorável ao desenvolvimento de investimentos que promovam a economia de baixo carbono;

- g)** Realizar ações para a proteção e manutenção dos ecossistemas e ciclos hidrológicos;

- h)** Reduzir os riscos socioambientais a investimentos de modo a fortalecer as oportunidades econômicas em áreas já convertidas.

Nesse contexto, o Banco, como fomentador do desenvolvimento econômico e social sustentável, fornecerá uma linha de financiamento voltada para médios e grandes produtores rurais beneficiados pelo TS, com o foco de facilitar a regularização ambiental e fundiária dessas propriedades rurais.

Contribuições e Doações

Em 2020, tivemos momentos de preocupações e desafios, mas seguimos investindo em diversos setores da sociedade, em especial, no combate ao Coronavírus, por meio do nosso processo de contribuições e Doações.

Visando amenizar esses efeitos, o BANPARÁ aprovou aumento no aporte para as doações de 30% com relação à 2019.





Nossos processos de doações possuem prerrogativas na observância às diretrizes do Código Brasileiro de Governança Corporativa, da Lei Federal n.º 13.303 de 30/06/2016, do Regulamento de Licitações e Contratos do BANPARÁ, bem como do seu Estatuto Social. Normativos estes que fundamentaram a Política Institucional de Contribuições e Doações, com a finalidade de trazer o direcionamento dessas ações de apoio a projetos socioambientais de instituições sem fins lucrativos e outros parceiros.

Dessa forma, implementamos um conjunto de diretrizes e condicionantes aos beneficiários, objetivando mitigar riscos socioambientais ligados às doações e contribuições, tais como:

- Regularidade social, ambiental, fiscal e trabalhista, incluindo integridade quanto à saúde e segurança do trabalho;
- Não envolvimento com práticas de corrupção e lavagem de dinheiro;
- Não envolvimento com trabalho infantil, análogo ao de escravo e com qualquer forma de exploração sexual;
- Direta relação com a missão, visão e objetivos estratégicos do Banco;
- Comprometimento com a aplicação integral dos recursos recebidos na realização dos objetivos sociais e a não distribuir lucros, bonificações ou vantagens a dirigentes, mantenedores ou associados;
- Não ser vinculado a partidos políticos; dentre outras condicionantes.

Não identificamos nenhum caso de corrupção, trabalho infantil, forçado ou análogo ao escravo nos relacionamentos voltados para contribuições e doações no ano de 2020.





Resultados:

Contribuições e Doações 2020	
Instituição Beneficiada	Objeto
Casa do Menino Jesus	Acolhimento de crianças com câncer e outras patologias crônicas, vindas do interior do estado para tratamento de saúde na capital
Espaço Nova Vida	Apoio e tratamento ao dependente químico
Federação Paraense de Futebol	Entrega de 150 cestas básicas aos profissionais que trabalham com futebol
Associação Colorindo a Vida	Apoio à Campanha McDia Feliz, para manutenção da Casa Ronald McDonald, que acolhe crianças em tratamento de câncer na capital, por meio da venda de 750 tíquetes de Big Mac, cujo valor foi revestido integralmente ao projeto.
Campanha de Natal	6ª Edição da Campanha "Doe e faça alguém sorrir neste Natal", com a arrecadação e distribuição de 1.439 brinquedos e 205 cestas básicas em todo o estado.



Iniciativas para redução no consumo

(GRI 102-10, 103-2, 103-3, 302-1, 302-4, 303-1, 303-5, 305-1, 305-2, 305-4, 305-5, 306-2; ODS 7, 12)

A Ecoeficiência é um direcionador da gestão estratégica que vincula o desempenho ambiental ao financeiro. A otimização de processos, reciclagem, inovações tecnológicas e economia no uso de recursos naturais e materiais reduzem custos, aumentam a competitividade, tornando o Banco mais eficiente e com menor impacto ambiental.

Aprofundamos nosso conceito sustentável nas reformas e abertura de novas agências, adotamos a substituição de lâmpadas fluorescente por LED; realizamos manutenções preventivas periódicas em ar-condicionados, priorizamos a TI Verde e uso de eletrônicos com tecnologia ecologicamente eficaz e correta; exigimos critérios de regularidade social, ambiental, fiscal e trabalhista nas relações com fornecedores e terceirizados; promovemos educação ambiental entre as unidades do Banco, visando o uso consciente dos recursos, etc.

Iniciativas para reduzir o consumo de água

Demos continuidade às divulgações que visam à conscientização dos empregados a respeito das boas práticas para consumo consciente de água, no Banco e em suas residências.

Nosso abastecimento de água é proveniente de sistema público de distribuição, sendo utilizado para limpeza e higiene pessoal. O volume total consumido no ano foi de 17.802m³/ano.

Uma das iniciativas para reduzir o consumo de água nas dependências do Banco foi a instalação do sistema de reuso de água em algumas agências. Ao todo, 48 unidades possuem sistema de reuso de água para uso em descarga sanitária e captação de água da chuva.

Está sendo realizado um estudo para substituição das torneiras atuais dos banheiros para torneiras de abertura manual pressurizada, exceto banheiros PCD – por normativo devem ser do tipo alavanca.

Estima-se a economia de 2,4 m³/mês no consumo de água proveniente desses processos.



Iniciativas para reduzir o consumo de energia

Toda a energia elétrica consumida pelo BANPARÁ ainda é proveniente exclusivamente da rede distribuidora de energia. E com o crescimento do BANPARÁ, dentre outros fatores, nosso consumo global foi de 14.900.324 kW, o que resultou uma despesa de R\$ 11.405.802, que corresponde a um aumento de aproximadamente 35% comparado com o ano 2019.

Ano	Energia elétrica em kw/h
2018	10.424.287
2019	11.171.136
2020	14.900.324

Assim, como ocorre em relação ao consumo de água, trabalhamos para a redução do consumo de energia por meio de:

- Educação ambiental e acompanhamento periódico, incentivando uma cultura sustentável em nossas unidades;
- Práticas como o desligamento de lâmpadas e aparelhos sem uso;
- Aplicação de práticas de TI Verde, incluindo: desligamento programado de equipamentos de alguns data centers e instalação de novos quadros de energia no Edifício BANPARÁ;
- Substituição gradativa de lâmpadas fluorescentes por LED na rede de agências.

Para os próximos 2 anos, objetivamos desenvolver um estudo de impacto e viabilidade voltado à implantação de sistema de eficiência energética, a fim de contribuir para redução e controle no consumo de energia.

Iniciativas para reduzir o consumo de papel

A inovação tem transformado o uso de documentos impressos em transações digitais, com isso temos o objetivo de reduzir o consumo do papel em nossos processos, o que envolve a participação de todo o Banco, e seus efeitos contribuem para redução de custos e cumprimento dos objetivos estratégicos, visando garantir o resultado econômico e social de forma sustentável.

Nesse sentido, o Banco iniciou um projeto visando a digitalização de documentos. E tem como objetivo para os próximos anos:

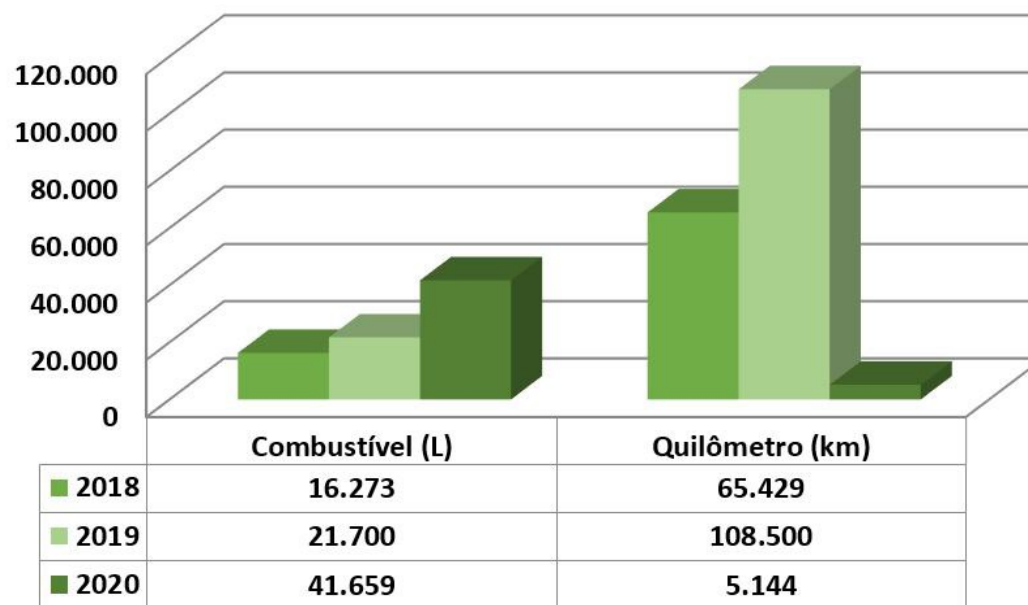
- Redução em média de 80% do número de impressões utilizadas na confecção de cadastros;
- Unificação da Proposta de Abertura de Conta – PAC e da Ficha de Cadastro em um único documento, permitindo a redução significativa no número de folhas impressas;
- Entrega do projeto de digitalização, que irá dispensar a cópia de documentos que atualmente são necessários na abertura de cadastro, sendo que tais documentos serão capturados por scanner, evitando gastos desnecessários com papel e impressões.

Ano	Consumo – Folhas papel
2018	14.708
2019	20.073
2020	17.647

Acompanhamento do consumo de combustíveis

Os combustíveis utilizados no Banco são para o consumo dos veículos, do tipo gasolina e diesel.

Ano	Combustível (L)	Aumento (%)	Quilômetro (km)
2018	16273	75,28	65429
2019	21700	33,35	108500
2020	41659	91,98	5.144



Acompanhamento das emissões de GEE

Somos conscientes de que as nossas atividades geram emissões diretas e indiretas de gases de efeito estufa – GEE. Nosso trabalho é contínuo para mitigar as emissões, por meio das ações para redução dos escopos provenientes do consumo de combustível, energia, papel e transporte.

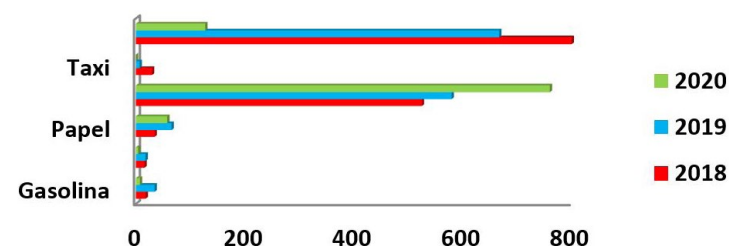
O planejamento de logística motivado pelas restrições da pandemia da COVID-19, a adoção do teletrabalho, a inviabilidade de viagens a negócios e treinamentos, bem como a inovação tecnológica com a implantação da ferramenta Teams, que facilitou a realização de reuniões e treinamentos on-line, contribuíram para redução do número de embarques e consumo de combustível, o que diminuiu em 12% nossas emissões, comparadas com 2019.

Para aferir nossas emissões utilizamos a média mensal do consumo durante o ano de 2020, parametrizando os cálculos por meio das calculadoras disponibilizadas no site do Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável da Amazônia – Idesam (<http://idesam.org/calculadora/>) e Tribunal de Justiça do Paraná – Gestão Ambiental (<https://www.tjpr.jus.br/web/gestao-ambiental/calculadoraco>).



Quadro de Emissões de GEE – 2020 ^{4,5}					
Escopos	Fonte	Consumo	J	tCO2/ano	% intensidade
1	Gasolina ²	20.408 l	657.545,76x10 ⁶ J	7,438	3,8
	Diesel ²	21.251 l	754835,52 10 ⁷ J	4,236	2,2
	Papel ¹	17.647.746,00	-	57,6	29,3
2	Aquisição de Energia Elétrica	11171136kwh	53641164,708 10 ⁶ J	759,91	386,4
3	Viagem Aérea ³	276.352,59 km	-	127,33	64,8

COMPARATIVO DE EMISSÕES



¹ Para o cálculo da emissão do papel branco, multiplicou-se o kg consumido pelo fator de emissão do papel branco 0,7 kgCO₂/kg.

² As emissões de tCO₂ de diesel e gasolina, foram parametrizadas pela calculadora Desenvolvimento Sustentável da Amazônia – Idesam (<http://idesam.org/calculadora/>).

³ As emissões de tCO₂ provenientes de viagens aéreas foram parametrizadas usando média de três metodologias:

- Calculadora Tribunal de Justiça do Paraná – Gestão Ambiental (<https://www.tjpr.jus.br/web/gestao-ambiental/calculadoraco2>) que utiliza a média anual de km;
- Projeto Carbono água, que usa a quantidade viagens por ano (<http://www.projetocarbonoeagua.com.br/carbonoeagua/pt/index.php?acesso=cadCalculadora.php>);
- Fórmula que usa fator de emissão que considera a gasolina de avião ($E: (D \times FE) / 1000$), onde:
 - E - emissão (co2t)
 - D - Distância (km)
 - FE - Fator de emissão
 - 1000 - conversão para tonelada
 - Gasolina de avião 2,198 l

⁴ Não parametrizamos o consumo de tCO₂ dos serviços terceirizados de taxi, uma vez que os resultados não foram informados pela contratada; e de transportes de materiais ou bens, que porventura foram realizados por meio do serviço de transportadoras.

⁵ Fundamentado na classificação de emissões de GEE de Escopo 1, 2 e 3 da ferramenta GHG Protocol.



Iniciativas nos serviços de manutenção e Engenharia

Uma das diretrizes da nossa Política de Responsabilidade Socioambiental – PRSA é aplicar os critérios socioambientais nos serviços de manutenção e engenharia, observando esses critérios no uso de materiais e no descarte de resíduos, com vistas a reduzir despesas e a mitigar possíveis danos sociais, ambientais e de imagem.

Práticas sustentáveis aplicadas nas reformas e obras de engenharia

Visando reduzir nosso consumo de água e energia aderimos a instalação de alguns itens de forma gradativa nas unidades da matriz e já estão presentes na maioria das agências:

- Torneiras com temporizador (economizam até 40% no consumo da água);
- Sensores de presença;
- Lâmpadas de LED;

- Implantação de biofilia;
- Fossa séptica com filtro de sumidouro.

Objetivos a longo prazo

- Como forma de atender os requisitos sustentáveis, é vislumbrada a implantação de Retrofit no Edifício Matriz e nas agências e postos da capital do BANPARÁ.
- Está sendo realizado estudo para inovação da matriz energética do Banco com a utilização de painéis fotovoltaicos nas unidades do BANPARÁ, assim como sistema de reuso de água da chuva em novas unidades.

Programa Ambiente Amigo – PAA

O Programa ambiente amigo é uma das ferramentas usadas para promover a educação ambiental e sensibilizar o público interno quanto às práticas de responsabilidade socioambiental, por meio da adoção de medidas para conscientização do uso racional e eficiente de:





- **Energia** – ações para o “Consumo Responsável” de energia elétrica.
- **Papel** – ações voltadas para a redução das impressões: “Imprimir pra Q”.
- **Descartáveis** – ação denominada “Adote uma Caneca”, voltada para redução no consumo de descartáveis.

Tais ações iniciaram no ano de 2014 em formato de campanhas, com metas de redução no consumo definidas para as unidades. Entretanto, com o crescimento dos negócios e a expansão do Banco, tais metas foram inviabilizadas e substituídas por ações educativas quanto ao uso racional desses recursos e acompanhamento, considerando a importância de se implantar outras práticas institucionais de inovação, que contribuam diretamente com o controle desses recursos, como: projeto de digitalização de documentos, instituição do uso de energia renovável, distribuição interna de copos ou canecas reutilizáveis, dentre outros.



Acompanhamento do PAA – consumo anual

CONSUMO ANUAL – 2020			
Ano	“Adote sua caneca” (copos descartáveis)	“Consumo Responsável” (energia elétrica em kw/h)	“Imprimir pra Q?” (folhas de papel)
2018	431.545	10.424.287	14.708
2019	775.610	11.171.136	20.073
2020	715.777 ²	14.900.324 ¹	17.647

¹ O expressivo processo de expansão do Banco, juntamente com o aumento nos negócios e serviços é fator preponderante para o aumento especialmente no consumo de energia elétrica.

² O consumo de descartáveis teve uma redução de aproximadamente 8% com relação a 2019. Ressaltamos que a utilização de copos descartáveis nas agências é resultado da aderência à Lei Municipal nº 9005 de 2013*, uma vez que precisamos equipar as agências com bebedouros e copos. Entretanto, destacamos que o uso de copos descartáveis é exclusivo para nossos clientes nas agências ou em casos excepcionais nas unidades da matriz.

**Art. 2º-A. Os bancos deverão disponibilizar em todas as suas agências, pelo menos, um bebedouro de água e copos descartáveis para uso dos clientes a ser disponibilizado no salão de atendimento para o público em geral.”*

- Foram entregues 218 canecas de porcelanas aos empregados, visando garantir a erradicação do uso de copos descartáveis internamente.
- Incentivamos ostensivamente o uso de louças, como pratos, talheres e copos em eventos internos, em substituição aos itens descartáveis.
- Realizamos a campanha “É reciclável”, visando incentivar empregados e colaboradores quanto à segregação dos resíduos gerados nas copas das unidades, como: garrafas PET, sacolas, outros recipientes plásticos, latas e embalagens de papelão; e rolinhos de papel higiênico, nos banheiros.



Gestão de Resíduos Sólidos

A gestão dos resíduos no Banco vem ganhando cada vez mais espaço e por meio desta ação, incentivamos a prática da segregação adequada e envio dos resíduos para a coleta seletiva, ação esta que contribui diretamente para mitigar danos ao meio ambiente, bem como para favorecer a sustentabilidade de muitos que atuam na reciclagem. Claramente, esse processo gera impacto na visão comportamental em relação ao manejo e destino do lixo, desencadeando um ativismo positivo dos empregados e colaboradores do Banco.

Em atendimento ao Decreto nº 5.940/2006, o Programa Coleta Seletiva Solidária visa promover o descarte seletivo de resíduos recicláveis produzidos nas dependências do Banco e sua destinação às associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis credenciados.

Todas as unidades do Banco são estimuladas a realizar a prática da coleta seletiva, por meio da segregação adequada dos resíduos recicláveis provenientes de nossas atividades.

Na capital, a periodicidade da coleta é mensal pelas cooperativas credenciadas. No interior, a ação ocorre em algumas agências, cujo município possui este serviço.

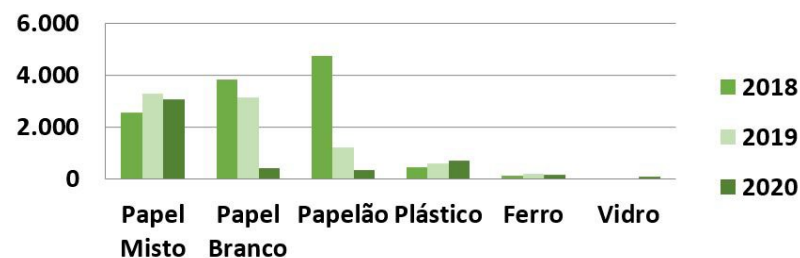
O total de resíduos destinados reduziu ao longo dos últimos anos, conforme gráfico. Em relação à 2019, a redução no descarte foi de 52,2%.

Essa significativa redução deu-se, dentre outros fatores, pelo enfrentamento da pandemia da COVID-19, pois houve períodos em que algumas cooperativas paralisaram suas atividades diante do risco de contaminação, bem como pela adoção do sistema de teletrabalho, reduzindo o quadro de empregados nas unidades da matriz e agências contribuindo para esse resultado.

Quantitativo Anual de Resíduos Recicláveis



Resíduos Recicláveis



Lâmpadas

Alguns resíduos especiais necessitam de descarte diferenciado, tais como lâmpadas.

Para solucionar a problemática de descarte das lâmpadas, o BANPARÁ iniciou o descarte correto desses resíduos, encaminhando-os para um ecoponto responsável por realizar o descarte correto de lâmpadas, em conformidade com a Lei nº 12.305/10, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS).

No ano de 2020 realizamos nossa primeira destinação com um total de 147 lâmpadas.

Pilhas e baterias

Nossas unidades da capital e algumas do interior possuem coletores específicos para pilhas e baterias, os quais estão disponíveis para toda a sociedade.

Por meio do Programa ABINEE Recebe Pilhas da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica, em 2020 entregamos aproximadamente 25 kg, em um dos pontos de coleta autorizados na capital, que, por meio da GM&C, empresa especializada em logística reversa, esses produtos recebem destinação final ambientalmente adequada, visando o atendimento da Resolução CONAMA 401/2008.

Objetivos para 2021-2022

- Implantar o Plano de Gerenciamento de Resíduos;
- Implantar o descarte ambientalmente correto de resíduos eletrônicos.



Responsabilidade Contratual e a relação com fornecedores

(GRI 102-8, 102-9, 103-2, 103-3, 205-1, 205-3, 308-1, 408-1, 409-1, 414-1, 414-2; Combate à corrupção; ODS 8.7, 12.7, 16.5)

As contratações são realizadas via licitação, desta forma não há predominância de marcas, produtos ou serviços contratados, pois cada licitação é firmada com a empresa que atenda aos requisitos elencados nos Editais e Termos de Referências.

Antes de cada contratação é realizada a fase de planejamento. Nesse momento, há um estudo técnico seguindo as melhores práticas de mercado e as recomendações sociais e ambientais, gerando melhorias contínuas no processo a cada contratação.

A Comissão para Apuração de Responsabilidade Contratual – COARC do BANPARÁ possui atribuição primordial de investigar, instruir, analisar, opinar e recomendar sobre os processos administrativos, visando apurar a responsabilidade e sinalizar sobre a aplicação ou não de sanção, subsidiando a decisão das instâncias superiores, manifestando-se conclusivamente, de acordo com o Regulamento de Licitações e Contratos do BANPARÁ e a legislação correlata pertinente.

Na formalização dos contratos, há medidas de pleno direito que são incluídas nas minutas contratuais, obedecendo aos ditames legais.

Diante da apuração contratual, se for identificado algum processo que demonstre “risco de corrupção”, as áreas competentes são acionadas e o processo encaminhado ao Núcleo Jurídico, para manifestação e orientações.

Em 2020 não houve casos confirmados de contratos com parceiros comerciais rescindidos ou não renovados em decorrência de violações relacionadas à corrupção.



O monitoramento é feito pela própria área gestora e fiscal do respectivo contrato, considerando o MNP de Gestão e Fiscalização dos Contratos do BANPARÁ.

A partir da ocorrência de eventual descumprimento, há um fluxo definido, a fim de comprovar ou não a irregularidade contratual verificada pela área gestora.

Os contratos com prestadores de serviços garantem aos terceirizados a remuneração adequada, pois é exigido que sejam aplicadas as regras das convenções coletivas de cada categoria contribuindo para o bem-estar econômico desses trabalhadores.

Aderência às diretrizes da PRSA acerca dos requisitos socioambientais na contratação dos fornecedores e prestadores de serviços

- Destaca-se os critérios socioambientais do Banco, onde consta que as empresas ficam obrigadas à cumprirem a legislação ambiental, social, fiscal e trabalhista, garantindo a saúde e segurança ocupacional e à inexistência de trabalho análogo

ao escravo ou infantil e de exploração sexual de crianças e adolescentes, além do comprometimento em oferecer condições dignas de trabalho aos seus trabalhadores e em manter práticas legais de operação.

- É exigida declaração sobre o emprego de menor, declaração em cumprimento ao Art. VI da Emenda Constitucional 42 – Estadual e Certificado de Regularidade – IBAMA. Os certificados (selos) deverão ser próprios, vinculados à empresa licitante, devidamente comprovado.
- O Manual de Normas e Procedimentos de Logística atende às diretrizes da PRSA.
- O Banco promove práticas de compras públicas sustentáveis, por meio de Termos de Referências e Editais que detalham requisitos da política de relacionamento e anticorrupção junto à contratada. Nesse sentido, as empresas assumem o compromisso de deferência a práticas de integridade em todo o encadeamento contratual, com expressa observância aos princípios contidos



na Política de Controles Internos e *Compliance* do BANPARÁ e no Código de Ética e de Conduta Institucional, bem como no termo de compromisso que integra o presente contrato.

- Uma das iniciativas sociais do Banco é a parceria com a Associação Paraense das Pessoas com Deficiência - APPD, com o objetivo de inseri-las no mercado de trabalho e ofertar-lhes um emprego digno. Atualmente, 91 colaboradores associados atuam no BANPARÁ em atividades como entrega de documentos e outros.
- Todas as aquisições que envolveram contratações de fornecedores e prestadores de serviços em 2020 respeitaram os critérios socioambientais contidos na PRSA. Não foram detectados impactos negativos na cadeia de fornecedores em relação às questões sociais nem decorrentes de trabalho infantil e de casos de trabalho forçado ou análogo ao escravo.



Responsabilidade Social e a relação com os empregados

(GRI 102-7, 102-8, 102-12, 102-13, 102-35, 102-36, 102-37, 102-38, 102-39, 102-41, 103-2, 103-3, 201-3, 205-2, 401-1, 401-2, 401-3, 403-1, 403-2, 403-4, 403-6, 403-7, 404-1, 404-2, 404-3, 412-2; ODS 3.5, ODS 8.8)

O BANPARÁ é uma instituição que se preocupa com o desenvolvimento dos seus empregados e investe em capacitação, de forma continuada.

O programa de capacitação dos empregados está aderente à Política de Responsabilidade Socioambiental – PRSA do BANPARÁ.

Programas voltados para valorização e capacitação dos empregados

- Plano Anual de Treinamento – PAT;
- Programa de Instrutoria Interna do BANPARÁ – ProglB;
- Plano de Desenvolvimento Individual – PDI.

Esse processo de desenvolvimento de pessoal é acompanhado por meio de mecanismos que monitoram a sua eficácia:

- Avaliação das ações de desenvolvimento, aferição de conhecimento e aplicabilidade do conhecimento;
- Acompanhamento do desenvolvimento do empregado capacitado, a partir da Avaliação de Competências.



Investimento em Capital Humano

- 5.369 vagas de capacitação
- 4.676 horas de capacitações
- 150 treinamentos

Os Cursos foram promovidos pela Universidade Corporativa BANPARÁ - UniBanp que tem como principal objetivo a capacitação e o aperfeiçoamento do capital intelectual, com foco no alcance de resultados, em consonância ao Planejamento Estratégico do Banco.

Horas de treinamentos por gênero	
Masculino	3.302
Feminino	2.479
Total de horas/aula	5.781

Treinamentos voltados para o combate à corrupção e relacionados a direitos humanos

Horas de treinamentos por gênero				
Categoria	Masculino	Feminino	Treinados	%
Órgão de Governança (nº de membros: 17)	10	3	13	76,47%
Demais empregados	575	429	1004	39,92%

O BANPARÁ realizou treinamento relacionado a direitos humanos para 26% dos empregados – duração 3h.



Respeitando as diretrizes, governamentais e internas, de proteção à Pandemia do COVID-19, os treinamentos em 2020, em sua maioria, ocorreram na modalidade on-line, bem como foi estruturado um plano emergencial para atendimento do Plano Anual de Treinamento do BANPARÁ.

Dentre os temas relevantes destaca-se:

- Ética (418 empregados);
- Liderança (117 empregados);
- Prevenção à Lavagem de Dinheiro – PLD (611 empregados);
- Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD (951 empregados);
- Agile Scrum – Gerenciamento Ágil de Projetos de Software (30 empregados);
- Formação de Caixa Executivo (31 empregados);
- Aprimoramento em Governança e Mercado de Capitais para Administradores de Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista (13 empregados);
- PLD/FT – Reunião com Departamento de Supervisão de Conduta – Decon, Banco Central (1 Empregado);
- Relações com Investidores na Prática (4 empregados);

- Comitê de Auditoria, Fiscalização e Controles (3 empregados);
- 40º Congresso Brasileiro de Auditoria Interna – Conbrai 2020 (22 empregados).

Por meio do Programa de Desenvolvimento Educacional do BANPARÁ – PDEB, o Banco tem proporcionado aos seus empregados, incentivos para a educação continuada, com ressarcimentos de 50% a 80% em cursos de graduação e pós-graduação, beneficiando, no ano de 2020, um total de 129 empregados.

Voltados para aplicação da PRSA

- Congresso internacional de Gestão de Risco (23 empregados);
- Análise de Crédito para Corporate e Middle – via webinar (13 empregados);
- Aprenda a Elaborar Corretamente o PGR por meio do GRO – Gerenciamento de Riscos Ocupacionais (2 empregados);
- Atendimento ao Cliente (27 empregados);
- Autoavaliação de Controles – AAC (14 empregados);
- Cartilha sobre Atendimento Inclusivo (653



empregados);

- Estrutura e Processos Organizacionais - na modalidade EAD (4 empregados);
- Formação Completa em Controles Internos (1 empregado);
- Formação de Brigada de Incêndio - Ag. Marabá (10 empregados);
- Formação Especialista em GRO / PGR (1 empregado);
- Palestra Manifesto Humanista (1 empregado);
- SUMMIT A Nova Era do Relacionamento com Cliente (5ª edição) - Resolutividade no Atendimento Digital (4 empregados);
- Workshop Processo Administrativo Eletrônico - PAE (14 empregados).

Programa de Desenvolvimento Educacional - PDEB

O objetivo do Programa é estimular o desenvolvimento educacional dos participantes, proporcionando-lhes condições de acesso a cursos de graduação e pós-graduação em instituições de ensino superior, para melhoria do desempenho pessoal e profissional no Banco.



Empregados beneficiados no PDEB			
Nível	Masculino	Feminino	Total de Beneficiados
Graduação	33	27	60
Pós-Graduação	13	15	28

Beneficiados no PDEB por categoria funcional	
Função	Total
Técnico bancário - não comissionado	30
Gerente Geral	8
Analista	7
Gerente Serviços Internos	5
Pregoeiro	1
Caixa	10
Coord. Retaguarda	5
Chefe de Núcleo	3
Gerente de Matriz	4
Gerente de Atendimento	1
Supervisor	4
Chefe de Subnúcleo	4
Técnico Nível Superior	3
Assessor	3
Total de Beneficiados	88

Melhorias para promover a gestão de mudança e cultura organizacional conforme a PRSA

- Atualização da Avaliação de Desempenho Funcional, por meio da qual os empregados do Banco são avaliados quanto às suas competências, com a inclusão do quesito Responsabilidade Socioambiental.
- O papel do empregado é considerado relevante na contribuição:
 - Do ambiente de trabalho seguro e sustentável;
 - Na utilização sustentável dos recursos disponibilizados;
 - E sua adaptação às mudanças socioambientais, culturais, tecnológicas e operacionais.
- Existe processo em análise, para automatização de parte dos procedimentos que visam à diminuição do uso de material de expediente.

Avaliação de Desempenho Funcional – ADF

Aplicada para todos os empregados do Banco, independente de cargo ou função, a Avaliação de Desempenho Funcional (ADF) é um processo sistemático e contínuo da área de desenvolvimento de pessoas que busca aferir o desempenho profissional de cada empregado, conforme os resultados dele esperados.

O empregado deve ser avaliado em relação a certo intervalo de tempo, tendo em vista o cargo ocupado, suas responsabilidades, atividades e tarefas atribuídas. A ADF é uma das ferramentas gerenciais mais importantes da área de gestão de recursos humanos. Auxilia na análise individual ou de um grupo de empregados, dissemina a cultura do feedback, promove o desenvolvimento profissional e estimula a produtividade das pessoas e equipes.

A ADF é realizada, semestralmente, por meio de sistema, disponibilizado no Portal RH WEB, na intranet, em período previamente divulgado pela área de recursos humanos.

Apresentam critérios de ingresso e ascensão definidos, em consonância com a missão, visão, valores e estratégias institucionais e com ênfase em resultados.

Gestão de Competências



O BANPARÁ utiliza a gestão de competências na avaliação de desempenho funcional e nos processos seletivos internos, sendo que dentre eles são avaliadas as competências relacionadas à responsabilidade socioambiental dentro nos diversos setores do Banco.

A ADF gera consequências para os empregados, que se constituem em ações corporativas aplicadas, conforme o desempenho apresentado pelo empregado no ciclo vigente, tais como: possibilidade de ascensão no Plano de Funções Gratificadas, soluções educacionais para aprimorar a atuação profissional do empregado, reconhecimento social ao empregado com desempenho elevado.

Avaliação de Desempenho Funcional				
Empregados no desempenho de função	Masculino	Feminino	Total	%
Realizaram a avaliação	772	569	1341	58,43%

Promoção da Qualidade de Vida

Entendendo a nossa responsabilidade com a Agenda 2030 reforçamos o nosso comprometimento em contribuir para o desenvolvimento sustentável, atuando de forma preventiva a fim de proteger os direitos trabalhistas e promover um ambiente de trabalho seguro. Trabalhamos cotidianamente na perspectiva de orientações aos empregados quanto ao acesso a direitos trabalhistas/previdenciários, buscando ainda efetivar ações e projetos visando minorar riscos relacionados às incidências de conflitos no ambiente de trabalho.

Para promover a qualidade de vida e fortalecer o vínculo de empregados, oferecemos benefícios a todos os empregados, independentemente da jornada de trabalho, tais como:

- Flexibilidade de Horário
- Incentivo à Atividade Física

- Atendimentos Realizados para Promoção da Qualidade de Vida
 - Médico do Trabalho: 1450
 - Serviço Social: 1234
- Plano de saúde
- Plano odontológico
- Terapias holísticas
- Auxílio creche/babá
- Ajuda aluguel
- Auxílio PNE
- Ticket alimentação
- Vale transporte
- Abono academia
- Programa Mais Saúde: incentivo aos empregados para que gerenciem melhor a sua saúde por meio de check-up periódico, que pode resultar em prêmios e outros benefícios, visando prevenir o surgimento de patologias, o que impacta de forma positiva na qualidade de vida, com importantes reflexos na performance no ambiente de trabalho.



Impactos da negociação coletiva

Com base no acordo coletivo 2020-2022, ocorreu um reajuste de 2,94% nos valores bases dos seguintes benefícios: auxílio refeição, auxílio cesta alimentação, auxílio creche/babá e abono atividade física. O benefício do auxílio para empregados com filhos com deficiência foi reajustado para R\$ 1.500,00 (antes era R\$ 1.282,23). Demais benefícios como plano de saúde, plano odontológico, ajuda aluguel, seguro de vida e previdência privada permaneceram com os mesmos princípios e regras inalterados.

Plano de aposentadoria

O BANPARÁ mantém a contribuição de 2,59% do salário do participante do plano de aposentadoria Prev-Renda, complementando a porcentagem mínima de contribuição do participante, que é de 2,59% do salário, considerando que o valor de contribuição está limitado a 25 UMC (R\$ 15.036,25). Aproximadamente 52% dos empregados são aderentes ao referido plano.

Direito a licenças

Licença maternidade / paternidade é um dos direitos trabalhistas garantidos aos empregados do BANPARÁ:

Licença	Maternidade	Paternidade
Quantitativo	45	58
100% dos empregados retornaram às atividades após o período da licença e permaneceram ativos.		

Iniciativas para promoção de saúde e bem-estar e de combate à COVID-19

- Cartilha Coronavírus: amplamente divulgada e reforçada entre as unidades do Banco, visando mitigar riscos de contágio e garantir a segurança dos empregados, colaboradores e clientes;
- Distribuição de máscara e álcool em gel;
- Implantação de Protocolo de distanciamento: definição de regras para mitigação de riscos da COVID-19;
- Aprovação do regime de teletrabalho, oportunizando a modalidade, de acordo com a oportunidade e conveniência de cada área do Banco.

A doença COVID-19 tem caráter imprevisível e pode ser assintomática para algumas e letal para outras pessoas.





Sua principal característica é o alto poder de transmissão. No Brasil, o Ministério da Saúde apresentou orientações sobre como proceder, sobretudo, no que diz respeito às formas de contágio e isolamento domiciliar.

O BANPARÁ, em algumas frentes, atuou em regime de teletrabalho para salvaguardar seu corpo funcional, e tomou uma série de medidas de segurança para manter sua rede de agências em funcionamento e assim, poder ajudar empresários e empreendedores a manter seus negócios para garantia de emprego, renda e sobrevivência.

Iniciativas para prevenção de acidentes de trabalho

O Banco não possui um comitê para os processos de implementação e avaliação do programa de saúde e segurança do trabalho. Porém a CIPA – Comissão Interna de Prevenção de Acidentes contribui para prevenção de acidentes do trabalho e/ ou doenças ocupacionais, em conformidade com a Norma Regulamentadora nº 5.

- **Capacitação dos membros da CIPA:** O BANPARÁ ofereceu capacitação em saúde e segurança do trabalho, que incluiu treinamento de forma presencial, em horário de expediente, com duração de 20h divididas em 3 dias, em riscos ocupacionais, atividades e situações perigosas. O resultado da capacitação foi bom, de acordo com a avaliação dos participantes.
- **Atuação de médico do trabalho:** O Banco disponibiliza dois médicos do trabalho, visando garantir a saúde e segurança dos empregados, por meio de:
 - Implementação das ações previstas no PCMSO;
 - Realização dos exames médico-ocupacionais: Admissional, Periódico,





- Retorno ao trabalho, Mudança de função, Demissional.
- Atividades e processos para mitigação riscos relacionados a saúde e segurança do trabalho:
 - Programa de Prevenção de Riscos Ambientais;
 - Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional;
 - Análise Ergonômica do Trabalho;
 - Avaliação do ambiente e postos de trabalho.

Diagnóstico de Doenças Ocupacionais

Diagnóstico de doenças ocupacionais				
	2019	Taxa	2020	Taxa
Lesões músculos/ tendões/ nervos	Não houve casos	0,19%	Não houve casos	0,23%
Lesões do sistema nervoso	5 casos (2 homens e 3 mulheres), em agências do interior		3 casos (masculino), 1 na matriz e 2 em agência do interior	
Dias perdidos	744	0,75% (homens), 0,11% (mulheres)	416	0,14% (mulheres)
Absenteísmo Total		0,11%		0,06%
Não tivemos óbitos relacionados a doenças ocupacionais. <u>Dias úteis considerados para cálculos: 251.</u>				

Mantemos sigilo das informações pessoais relativas à saúde do trabalhador, de forma que não sejam usadas para qualquer tratamento desfavorável. Dessa forma controlamos o acesso aos prontuários médicos, de forma eletrônica e também contamos com a inspeção de segurança do trabalho.



Remuneração

Remuneração dos Administradores

O processo para determinação da remuneração da Alta Administração leva em conta as práticas de mercado para segmento executivo de instituições financeiras, observando os critérios de desempenho relativos a assuntos econômicos, ambientais ou sociais.

Para maior transparência, questões de ajustes na remuneração dos membros da Alta Administração são avaliadas e sugeridas pelo Comitê Estatutário de Remuneração dos Administradores, o que conta com a participação de outros stakeholders, os quais solicitam estudo de mercado ao Comitê que, após pesquisa, consulta aos congêneres, analisa o cenário econômico, e propõe, se for o caso, alteração da remuneração dos administradores, haja vista que é de sua competência adequar a Política de Remuneração às melhores práticas de mercado, estabelecer a fixação da remuneração dos administradores em consonância com a Resolução nº 3.921/2010-CMN e em alinhamento com a Política de Remuneração, ao gerenciamento da gestão de

riscos e ainda compatibilizar a Política de Remuneração com as metas e a situação financeira atual e esperada do Banco.

Diretrizes da Política de Remuneração dos Administradores:

- **Remuneração Fixa:** Representada pela remuneração igual ao subsídio pago aos Secretários Estaduais, na forma da A.G.E. de 10/04/2002 e benefícios. O montante global e individual da remuneração dos membros da Diretoria Colegiada, inclusive benefícios, deve ser fixado em Assembleia Geral dos Acionistas;
- **Honorários:** Remuneração mensal fixa;
- **Bônus Anual:** Remuneração equivalente a um honorário mensal;
- **Benefícios:** Parte da remuneração que visa à qualidade de vida dos administradores, incluindo alimentação, assistência saúde e seguro de vida;
- **Remuneração Variável:** Os membros da Diretoria fazem jus à participação nos lucros da Instituição (PL), definidos, anualmente, pela Assembleia Geral em até 1% do lucro líquido, limitada a percepção dessa





vantagem ao valor de duas remunerações brutas mensais, por ano, atendidas as normas legais a respeito e observado como critério de cálculo na forma pro rata, relativamente aos meses do ano, na base 1/12 (um doze avos), por mês no exercício do cargo, ou fração igual ou superior a 15 dias;

- *Participação nos lucros (PL)*: Premiação pelos resultados alcançados, com base no desempenho apurado de indicadores vinculados ao Planejamento.

A remuneração variável dos administradores está em processo de alteração, a fim de acompanhar os preceitos da Resolução BACEN nº 3.921/2010.

Remuneração Total

Em 2020 não ocorreu aumento percentual da remuneração total anual do indivíduo mais bem pago do Banco. Quanto ao percentual médio da remuneração anual de todos os empregados houve um aumento de 1,5%, conforme Acordo coletivo da categoria 2020/2022.

- Média anual total de remuneração dos empregados R\$ 20.147.283,59
- A proporção entre remuneração do empregado de maior remuneração e a remuneração média dos demais empregados equivale a 0,3034%.

As políticas de Governança e de Remuneração dos Administradores estão disponíveis no nosso site de Relações com Investidores: ri.banpara.b.br.



Panorama Funcional

Empregados

Empregados por gênero / região			
Unidades	Masculino	Feminino	Quantitativo
Matriz	583	490	1073
Agências	786	535	1321
Total	1369	1025	2394

Empregados por idade		
Idade	Quantidade	Porcentagem %
Menor de 30 anos	269	11,24
De 30 a 50 anos	1541	64,37
Acima de 50 anos	584	24,39
Total	2394	100

Empregados por modalidade	
Carga Horária	Quantitativo
8 horas	576
6 horas	1818
Total	1369

Rotatividade de empregados				
Categoria		Feminino	Masculino	Total
Por região	Matriz	7	14	21
	Agência	9	27	36
Por idade	Menor de 30 anos	7	17	24
	De 30 a 50 anos	8	24	32
	Acima de 50 anos	1	0	1
Empregados admitidos		57		
Empregados desligados		1		



Outros colaboradores

Terceirizados BANPARÁ por gênero ¹			
Área	Homens	Mulheres	Total
TI	60	8	68
APPD	60	31	91
Recepção	1	7	8
Limpeza	44	173	217
Motoristas	8	0	8
Vigilância	729	14	743
Soma	902	233	1135

¹ Dados compilados de planilhas de controles, extraídos dos contratos firmados com as empresas prestadoras de serviços terceirizados.

Estagiários / Aprendizes			
	Feminino	Masculino	Total ¹
Estagiário	143	128	271
Aprendiz	37	37	74

¹ Dados compilados do sistema.

Iniciativas externas que subscrevemos

- Autorregulação Bancária para Certificação Profissional ANBIMA - CPA aos empregados que exercem atividades relacionadas aos serviços qualificados, que envolvem a prestação dos serviços de custódia para emissores e investidores, escrituração e controladoria de ativos e passivos.
- Sistema de Autorregulação Bancária (SARB) FEBRABAN, que torna o sistema bancário mais saudável, ético, eficiente e confiável, em especial, ao que se refere a UNIBANP.



Sumário GRI

(GRI 102-55)



GRI	Título da Divulgação	Página
102	<u>Divulgações Gerais</u>	
102-1	Nome da organização	11, 135
102-2	Atividades, marcas, produtos e serviços	34, 40, 44, 46, 50, 56
102-3	Localização da sede	135
102-4	Localização das operações	12, 23
102-5	Propriedade e forma legal	12, 34
102-6	Mercados atendidos	12, 13, 23, 40, 46, 47, 50, 52, 56
102-7	Porte da organização	12, 23, 40, 44, 46, 47, 49, 50, 52, 115
102-8	Informações sobre empregados e outros trabalhadores	112, 115
102-9	Cadeia de Suprimentos	112
102-10	Mudanças significativas para a organização e sua cadeia de suprimentos	23, 34, 40, 46, 52, 95, 115
102-11	Princípio ou abordagem de precaução	71, 77
102-12	Iniciativas Externas	34, 47, 49, 62, 71, 77, 95, 115
102-13	Participação em Associações	34, 47, 49, 52, 62, 71, 77, 95, 115



102-14	Declaração do Presidente	6
102-15	Principais impactos, riscos e oportunidades	12
102-16	Valores, princípios, padrões e normas de comportamento	62, 66
102-17	Mecanismos de aconselhamento e manifestação de preocupação sobre ética	62, 66
102-18	Estrutura de Governança	24
102-21	Consultoria aos <i>stakeholders</i> sobre temas econômicos, ambientais e sociais	18
102-22	Composição do mais alto nível corpo de governança e seus comitês	24
102-23	Presidente do mais alto órgão de governança	24
102-32	O papel do mais alto órgão de governança no relato de sustentabilidade	11
102-33	Comunicação de preocupações críticas	13, 71, 77
102-34	Natureza e número total de preocupações críticas	71, 77
102-35	Políticas de remuneração	115
102-36	Processo para determinar a remuneração	115
102-37	Envolvimento dos <i>stakeholders</i> na remuneração	115
102-38	Índice de remuneração total anual	115
102-39	Aumento percentual do índice de remuneração total anual	115
102-40	Lista de grupos de <i>stakeholders</i>	18, 34
102-41	Acordos Coletivos	115
102-42	Identificando e selecionando <i>stakeholders</i>	18, 34, 83
102-43	Abordagem para o engajamento dos <i>stakeholders</i>	18, 34, 89



102-44	Principais temas e preocupações levantados durante o engajamento	18, 34, 83, 89
102-45	Entidades incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas	5, 6, 12
102-46	Definição do conteúdo do relatório e limite dos tópicos	18
102-47	Lista de tópicos materiais	18
102-48	Reformulação de informações	11
102-49	Mudanças nos relatórios	11
102-50	Período do relatório	11
102-51	Data do relatório mais recente	11
102-52	Ciclo de emissão de relatórios	11
102-53	Ponto de contato para perguntas relativas ao relatório	135
102-54	Declaração de elaboração de relatório de acordo com as Normas GRI	11
102-55	Índice de conteúdo GRI	129
102-56	Garantia externa	11
103	<u>Abordagem de Gestão</u>	
103-1	Explicação do tópico material e seu limite	18, 95
103-2	A abordagem de gerenciamento e seus componentes	13, 23, 34, 38, 40, 43, 44, 46, 47, 49, 50, 52, 57, 60, 62, 69, 71, 77, 81, 82, 83, 87, 89, 95, 101, 112, 115
103-3	Avaliação da abordagem de gerenciamento	13, 23, 34, 40, 43, 44, 46, 47, 49, 50, 52, 57, 60, 62, 69, 71, 77, 81, 82, 83, 87, 89, 95, 101, 112, 115



201	Desempenho Econômico	
201-3	Obrigações do plano de benefícios definidos e outros planos de aposentadoria	115
201-4	Assistência financeira recebida do Governo	34, 38
203	Impactos Econômicos indiretos	
203-1	Investimentos em infraestrutura e serviços suportados	23, 82, 89
203-2	Impactos econômicos indiretos significativos	12, 23, 38, 52
205	Anticorrupção	
205-1	Operações avaliadas para riscos relacionados à corrupção	40, 46, 47, 50, 56, 60, 62, 77, 95, 112
205-2	Comunicação e treinamento sobre políticas e procedimentos anticorrupção	62, 83, 87, 115
205-3	Casos confirmados de corrupção e medidas tomadas	62, 66, 69, 112
302	Energia	
302-1	Consumo de energia dentro da organização	101
302-4	Redução no consumo de energia	40, 89, 95, 101
303	Água	
303-1	Retirada de água por fonte	101
305	Emissões	
305-1	Direto (Escopo 1) Emissões de Gases de Efeito Estufa	95, 101
305-2	Energia indireta (Escopo 2) Emissões de Gases de Efeito Estufa	95, 101
305-4	Intensidade de emissões de Gases de Efeito Estufa	95, 101
305-5	Redução de Gases de Efeito Estufa	101

306	<u>Efluentes e Resíduos</u>	
306-2	Resíduos, discriminado por tipo e método de disposição	89, 95, 101
307	<u>Conformidade Ambiental</u>	
307-1	Não conformidade com leis e regulamentos ambientais	71
308	<u>Avaliação Ambiental de Fornecedores</u>	
308-1	Novos fornecedores selecionados com base em critérios ambientais	112
401	<u>Emprego</u>	
401-1	Novas contratações e rotatividade de empregados	115
401-2	Benefícios oferecidos a empregados em tempo integral que não são fornecidos a empregados temporários ou em regime de meio período	115
401-3	Licença-maternidade/paternidade	115
403	<u>Saúde e Segurança no Trabalho</u>	
403-1	Representação dos trabalhadores em comitês formais de saúde e segurança	115
403-2	Tipos de lesões e taxas de lesões, doenças ocupacionais, dias perdidos, absenteísmo e número de fatalidades relacionadas ao trabalho	115
403-4	Tópicos de saúde e segurança cobertos por acordos formais com sindicato	115
403-6	Promoção da saúde do trabalhadores	115
403-7	Prevenção e mitigação de impactos de saúde e segurança do trabalho vinculados com relações de negócios	115
404	<u>Treinamento e Educação</u>	
404-1	Média de horas de treinamento por ano por empregado	115
404-2	Programas para atualização de habilidades de empregados e programas de assistência de transição	115
404-3	Percentual de empregados que recebem análises de desempenho e desenvolvimento de carreira	115

406	<u>Não Discriminação</u>	
406-1	Casos de discriminações e ações corretivas tomadas	69
408	<u>Trabalho Infantil</u>	
408-1	Operações e fornecedores em risco significativo de ocorrência de trabalho infantil	40, 46, 47, 50, 52, 56, 60, 77, 95, 112
409	<u>Trabalho Forçado ou Análogo ao Escravo</u>	
409-1	Operações e fornecedores em risco significativo de ocorrência de trabalho forçado ou compulsório	40, 46, 47, 50, 52, 56, 60, 77, 95, 112
412	<u>Avaliação dos Direitos Humanos</u>	
412-2	Treinamento de empregados sobre políticas ou procedimentos de direitos humanos	115
414	<u>Avaliação Social de Fornecedores</u>	
414-1	Novos fornecedores que foram selecionados usando critérios sociais	112
414-2	Impactos sociais negativos na cadeia de fornecimento e ações tomadas	112
417	<u>Marketing e Etiquetagem</u>	
417-3	Incidentes de não conformidade relativos a comunicações de marketing	60, 62
418	<u>Privacidade do Cliente</u>	
418-1	Reclamações comprovadas relativas a violação de privacidade e perda de dados de clientes	70, 87, 89
419	<u>Conformidade Socioeconômica</u>	
419-1	Não cumprimento de leis e regulamentos na área social e econômica	71

Banco do Estado do Pará S/A

GRI 102-1, 102-3, 102-53

CNPJ: 04.913.711/0001-08

Matriz: Avenida Presidente Vargas, 251. Campina, Belém – PA. 66.010-000

Contato geral: (91) 3348-3230

Diretoria Comercial e Fomento

Superintendência de Desenvolvimento Econômico e Social

Contato: (91) 3348-3221

Gerência de Responsabilidade Socioambiental (GERES)

Contato: (91) 3348-3309



Banpará